



UFPB

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

GIRLEIDE MARQUES SILVA

**DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA FANPAGE DA SECRETARIA
ESTADUAL DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA**

JOÃO PESSOA – PB

2016

GIRLEIDE MARQUES SILVA

**DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA FANPAGE DA SECRETARIA
ESTADUAL DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA**

Monografia de Graduação de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para requisito a obtenção do título.

Orientadora: Profa. Dra. Gisele Rocha Côrtes

**JOÃO PESSOA – PB
2016**

S586r Silva, Girleide Marques.

Disseminação da informação na fanpage da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana / Girleide Marques Silva. – João Pessoa, 2016.

70f. : il.

Orientador: Profa. Dra. Gisele Rocha Côrtes.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – UFPB/CCSA.

1. Disseminação da informação. 2. Redes sociais. 3. Violência contra as mulheres. 4. Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 02(043.2)

**DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA FANPAGE DA SECRETARIA
ESTADUAL DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA**

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Gisele Rocha Côrtes (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba UFPB

Prof. Drº. Edvaldo Carvalho Alves
Universidade Federal do Paraíba UFPB

Prof. Me. Genoveva Batista do Nascimento
Universidade Federal da Paraíba UFPB

Dedico a Deus, aos meus pais, Gilberto (in memoriam) e Zuleide e ao meu irmão Gleidson por todo apoio e incentivo para que eu conquistasse mais essa etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela sua constante presença em minha vida, por ter iluminado meu caminho, abrindo portas e permitindo que eu completasse mais esta etapa na minha vida.

Aos meus pais por seus ensinamentos, bons exemplos, incentivo, força e compreensão.

Ao meu irmão Gleidson pelo incentivo para que eu alcançasse mais esse objetivo na minha vida.

Aos meus amigos que contribuíram direta e indiretamente para elaboração deste trabalho.

Aos meus professores/as do Curso de Biblioteconomia pelos ensinamentos transmitidos durante toda a minha trajetória acadêmica.

À professora Dra. Gisele Rocha Côrtes pela orientação e apoio na elaboração deste trabalho.

A Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana pela oportunidade de realizar a pesquisa colaborando com as informações necessárias para a conclusão do trabalho.

Agradeço aos professores Prof. Drº. Edvaldo Carvalho Alves e a Professora Me. Genoveva Batista do Nascimento por terem aceitado prontamente a participar da banca e colaborar com a pesquisa.

**“A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar,
não seremos capazes de resolver os problemas causados
pela forma como nos acostumamos a ver o mundo.”**

Albert Einstein

LISTA DE IMAGEM

Imagem 01 - Fanpage da SEMDH no facebook.....	45
Imagem 02 - Vídeos disponibilizados na Fanpage da SEMDH no facebook	46
Imagem 03 - Agenda com realização de eventos disponibilizados na Fanpage da SEMDH...47	
Imagem 04 - Notas em apoio as mulheres vítimas de violência disponibilizados na Fanpage da SEMDH	48
Imagem 05 - Campanhas promovidas pela SEMDH	49
Imagem 06 - Camapanha “Autonomia, essa é nossa decisão – Paraíba : Mulher Forte e de Valor “	51
Imagem 07 - Evento de Gênero e Saúde da Mulher	53
Imagem 08 - Unidade Móvel de Atendimento às Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Zona Rural.....	54
Imagem 09 - Debate sobre a violência doméstica	56
Imagem 10 - Campanha promovida pelo Governo do Estado.....	58
Imagem 11 - Perfil de Maria Lúcia	59

RESUMO

Objetiva descrever as informações referentes a violência contra as mulheres disseminadas na fanpage do facebook da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH). O acesso à informação é um elemento transformador, pois a informação gera conhecimento e mudança de mentalidades. No que se refere as mulheres o acesso à informação possui um papel importante, visto que ao longo da história as mulheres sofrem diferentes formas de discriminação. Adotou-se como metodologia a abordagem qualitativa, com enfoque descritivo uma vez que buscou descrever os canais de informação utilizados nas estratégias de disseminação do órgão em estudo. A pesquisa foi realizada pela internet na fanpage da rede social facebook (página oficial) da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH). Optou-se, desta forma, por utilizar como aporte metodológico a netnografia. Foram descritas as publicações, campanhas e eventos divulgados na página com o enfoque da violência contra as mulheres. A pesquisa salientou a importância do/a profissional da informação como disseminador/a da informação, sobretudo informação referente a violência contra as mulheres. Observou-se que as informações são bem acessadas na fanpage, contudo, evidencia-se a necessidade de potencializar estratégias para aumentar o conhecimento sobre a própria fanpage, o número de curtidas e em especial o número de compartilhamentos para que a disseminação das informações possam atingir um grande número de pessoas.

Palavras-chave: Disseminação da Informação. Rede Social. Violência contra Mulheres. Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana.

ABSTRACT

Aims to describe the information about violence against women in the facebook fanpage of the State Secretariat of Women and Human Diversity (SEMDH). Information access is a transformative element because information generates knowledge and change of mentality. In relation to women, information access performs an important role, considering that women have suffered different ways of discrimination along History. The adopted methodology was the qualitative approach with descriptive focus, once it aimed to describe the information channels used in the strategies of dissemination of the studied institution. Considering that the research was developed in a virtual environment, it is opted by netnography as methodological support. The research was developed through Internet in the fanpage (official page) the State Secretariat of Women and Human Diversity (SEMDH) in the social network called Facebook. There were collected information according to the publications, campaigns and events that were divulged in the fanpage whose focus was violence against women. The research emphasized the importance of a professional of information as a disseminator of information, especially the ones about violence against women. Therefore, it is observed that information are well accessed in the fanpage. However, it is evidenced the need for potentiate strategies to increase knowledge about the fanpage itself, such as the number of likes and especially the number of sharing. So that the dissemination of information can reach a large number of people.

Keywords: Dissemination of Information. Social Network. Violence against women.State Secretariat of Women and Human Diversity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O MOVIMENTO FEMINISTA: BREVE CONSIDERAÇÕES	13
2.1 Breve Histórico Sobre O Surgimento Do Feminismo No Brasil	15
2.2 Violência Contra As Mulheres.....	18
3 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A BIBLIOTECONOMIA.....	24
3.1 Bibliotecário (a), Redes Sociais e Violência Contra as Mulheres.....	31
3.2 Tipologias das Tics	32
3.2.1 Redes Sociais	34
3.2.2 Redes Sociais e Gênero	37
3.2.3 Facebook	39
4 METODOLOGIA.....	41
5 CAMPO DE PESQUISA - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA.....	42
5.1 Histórico	42
5.2 Fanpage da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana	43
5.3 Novela Online Contra a Violência	60
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

O ser humano é um ser social, e como tal sente a necessidade de se relacionar, este relacionamento baseia-se na troca de informações por meio da comunicação. De acordo com Le Coadic (2004, p.4), a informação é definida como “[...] um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”. O termo ‘informação’ é bastante complexo, não se restringe apenas a uma área do conhecimento, pois todos os campos necessitam da informação para a construção de suas atividades, permitindo interação com todas as pessoas e em todos os ambientes.

Vivemos em mundo globalizado onde as distâncias foram diminuídas visto que é possível trocar informações com pessoas do mundo inteiro. O avanço tecnológico possibilitou o acesso a diversas tecnologias, sobretudo as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). É cada vez mais crescente o uso das novas (TICs), é intensa a troca de informações nos ambientes virtuais especialmente nas redes sociais onde é possível disseminar informação, compartilhar, interagir. No mundo globalizado, sobretudo, as redes sociais possibilitaram a disseminação de vários tipos de informação, além disso consolidou-se como um canal de contato entre diversos segmentos da sociedade.

Castells (2008, p. 17), afirma que:

A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada [...] por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. [...] Essa nova forma de organização social, dentro de sua globalidade que penetra em todos os níveis da sociedade, está sendo difundida em todo o mundo. (CASTELLS, 2008, p. 17).

Nesse sentido, Marteleto (2001, p.72) afirma que as redes sociais representam “[...] um conjunto de participantes autônomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados”.

As redes sociais são uma importante ferramenta na disseminação da informação, e conseqüentemente do conhecimento. O acesso à informação gera um impacto na sociedade, visto que a informação é um elemento de criação e transformação no modo de pensar e agir do ser humano.

Frente a estas considerações, o presente trabalho apresenta como objetivo geral descrever as informações referentes a violência contra as mulheres disseminadas na fanpage do Facebook da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH). Como

objetivos específicos buscamos identificar as tecnologias de informação e comunicação utilizadas no processo de disseminação da informação a respeito da violência contra as mulheres e descrever os canais de informação utilizados nas estratégias de disseminação do órgão.

Tendo em vista que o acesso à informação é um elemento transformador, no que se refere às mulheres, o acesso à informação detém um papel importante visto que ao longo da história as mulheres sofrem diferentes formas de discriminação. A falta de informação e padrões hegemônicos de gênero são alguns dos fatores que contribuem para que ainda nos dias atuais haja preconceito em relação as mulheres e diferenças de gênero em nossa sociedade. Desta forma, o acesso à informação proporciona conscientização de direitos e fortalecimento para que seja construída uma sociedade justa e igualitária.

Entendendo a importância do tema violência contra as mulheres, é relevante o estudo desta temática na Ciência da Informação e na Biblioteconomia visto que esses (as) profissionais podem contribuir na disseminação, publicização e produção de informações que contribuam para a prevenção da violência contra as mulheres. Em pesquisa realizada na Base de Dados Referencial de Artigos e de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) a Base apresenta no ano de 2017, 16.716 publicados em 53 periódicos nacionais impressos e eletrônicos na área de Ciência da Informação. Em pesquisa realizada na base sobre o tema violência contra as mulheres foram recuperados apenas 8 trabalhos, demonstrando desse modo a necessidade e a importância de mais estudos com essa temática na Ciência da Informação.

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos, o primeiro consiste uma explanação geral do trabalho, o segundo trata-se da fundamentação teórica que aborda um breve histórico do Movimento Feminista no mundo e no Brasil e as reivindicações de estruturas de apoio às mulheres em situação de violência. O terceiro capítulo trata de maneira geral a Ciência da Informação e Biblioteconomia, adentra nas redes sociais e a violência contra as mulheres, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Trata também de um breve histórico a respeito da rede social facebook. O capítulo quatro discerne sobre os procedimentos metodológicos e o quinto capítulo traz a história e análise da fanpage do facebook da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana sobre as publicações com a temática violência contra as mulheres disponibilizadas na página consultada.

2 O MOVIMENTO FEMINISTA: BREVE CONSIDERAÇÕES

Ao longo da história houve mulheres que se rebelaram contra sua situação de discriminação, e lutaram por liberdade, contudo, muitas vezes pagaram com suas próprias vidas. Na Idade Média durante o período da Santa Inquisição da Igreja Católica que se tratava de uma espécie de Tribunal, a Igreja foi implacável com mulheres que desafiassem os princípios impostos pela Igreja, tidos como dogmas irrefutáveis (PINTO, 2010).

As primeiras ideias do movimento feminista contemporâneo foram iniciadas no período denominado modernidade, período da Revolução Francesa, por meio da publicação do livro “A Vindication of the Rights of Woman”, de Mary Wollstonecraft. O mesmo reivindicava a legitimação e amplitude dos direitos políticos para as mulheres, colocando em prática a teoria liberal dos direitos inalienáveis do ser humano, reivindicando maior atenção ao direito à educação. Nesta perspectiva, também promulgavam direitos trabalhistas, direito à maternidade, e outros relacionados às expressões da questão social (CASSAB; OLIVEIRA, 2014).

Neste sentido, o feminismo é uma filosofia universal, um movimento político no sentido mais amplo que questiona as relações de poder, a opressão e a exploração contra as mulheres. Questiona o poder patriarcal e sugere uma transformação social, ideológica, política e econômica da sociedade (TELES, 1999).

A partir das últimas décadas do século XIX, as mulheres organizaram-se para lutar por seus direitos, entre eles o direito ao voto, movimento surgido primeiramente na Inglaterra. As participantes ficaram conhecidas como as *suffragetes*, estas realizaram grandes manifestações em Londres e conseqüentemente houve prisões e greves de fome. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918 (PINTO, 2010).

O movimento feminista contemporâneo surgiu então a partir do contexto das ideias iluministas (1680-1780), com a Revolução Francesa (1789-1799) e Americana (1775-1781), tendo como objetivo reivindicar direitos sociais e políticos, dando desse modo maior ênfase a luta sufragista, movimento que contou com a mobilização de mulheres de vários países (CASSAB; OLIVEIRA, 2014).

Durante o século XIX, a luta das mulheres visando a conquista da cidadania ganhou espaço no mundo ocidental, a Inglaterra e a França foram atingidas pelo movimento objetivando o direito à cidadania e o sufrágio universal como dito anteriormente. Estas lutas ganharam força com o movimento ludista (1811-1812) e depois com o movimento cartista que atingiu a Inglaterra de 1837 a 1848 e chegou à França no final desta década, mas esta luta acabou no momento em que houve a ascensão de Luiz Napoleão Bonaparte ao poder, tendo em vista que

o resultado desta revolta, é que só os homens obtiveram o direito de voto, neste primeiro momento (BANDEIRA; MELO, 2010).

No início do século XX, o movimento feminista marcou o início de profundas mudanças na sociedade, no que se refere aos direitos das mulheres no aspecto político, social e econômico. Amorim (2015) aponta que o feminismo tem como ponto de partida discussões acerca das questões das mulheres e da sexualidade. Traz o enfoque da luta contra o sexismo, contra as condições de inferiorização e subordinação das mulheres, visando a desconstrução da estrutura patriarcal e das desigualdades de gêneros. Segundo Teles (1999), o movimento feminista constitui-se de ações de mulheres que visam combater a subalternidade e a discriminação e busca promover meios para que as próprias mulheres sejam as protagonistas de suas vidas, com direitos garantidos e com melhores condições de vida e trabalho.

Conforme aponta Costa (2009), o cenário internacional, nos anos 60, foi marcado por uma forte onda contestadora, estavam em disputa os movimentos pacifistas contrários à guerra do Vietnã, as lutas anti-racistas e a rebelião ao “*American Way of Life*”¹ nos Estados Unidos. O movimento estudantil, no período, questionava as velhas estruturas autoritárias do sistema educacional, a crítica ao stalinismo, o movimento hippie, etc. em boa parte dos países da Europa. Nesta conjuntura ressurgiu o movimento feminista internacional com a consciência de que apenas as mudanças das leis não eram suficientes para mudar as estruturas ideológicas pautadas em bases patriarcais, tendo em vista que as mulheres continuavam sofrendo violências. Muitas daquelas que conseguiam entrar no mercado de trabalho recebiam salários inferiores e estavam expostas a um cotidiano de assédio moral e sexual. A partir da década de 60, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista se fortalece como um movimento libertário, que luta por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, buscando para as mulheres liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (PINTO, 2010).

A partir da década de 60, o feminismo além das reivindicações voltadas para a desigualdade no exercício de direitos políticos, trabalhistas, civis, problematiza as raízes culturais desta desigualdade. O movimento questiona a mística de um “eterno feminino”, que se trata da crença na inferioridade natural da mulher calcada em valores biológicos.

¹ 1 O Pós-guerra foi o período em que os Estados Unidos da América (EUA) se tornaram uma potência mundial. O país exportava produtos agrícolas e industrializados para a Europa e além disso o país passou disseminar a sua cultura ao resto do mundo principalmente através da literatura, cinema e da música, impondo o Estilo de Vida Americano (*American Way of Life*). Disponível em: <http://www.historialivre.com/contemporanea/entreguerras.htm> Acesso em: 24 de agosto de 2016.

Problematiza, desse modo, a ideia de que homens e mulheres estão predeterminados pela própria natureza cabendo ao homem o papel de desbravador do mundo público e a mulher a procriadora, do mundo interno, sendo delegada ao homem a posição de mando (ALVES; PITANGUY, 1991).

A situação da mulher no Brasil segue como as demais nos outros países, uma situação de opressão. Importante frisar que, no período colonial, as índias, negras e brancas cada uma em seu contexto, também foram vítimas deste sistema, pois foram exploradas pelos colonizadores e pela população masculina de modo geral. Estas mulheres infelizmente não ocupavam lugar de destaque restavam-lhes apenas um papel secundário na sociedade brasileira, onde lhes cabiam apenas o papel de ser mãe, esposa e dona-de-casa (TELES, 1999).

2.1 Breve Histórico Sobre o Surgimento do Feminismo no Brasil

Um marco do movimento feminista no Brasil se deu no século passado, introduzido por Nísia Floresta Brasileira Augusta, com a publicação das obras “Conselhos à Minha Filha” (1842), “Opúsculo Humanitário” (1853) e “A Mulher” (1856), além da tradução da obra pioneira de Mary Wollstonecraft, “*A vindication of the Rights of Women*” (1832), fortalecendo o despertar de uma consciência crítica acerca da situação feminina na nossa sociedade (COSTA; SARDENBERG, 2008). As autoras Costa; Sardenberg, (2008) afirmam ainda que o feminismo no Brasil tem assumido diversas facetas, visto que já foi sufragista, anarquista, socialista, comunista, burguês e reformista. Participou da luta no parlamento, nas ruas e nas casas com o objetivo de conquistar e garantir o acesso da mulher à educação formal. Além disso, vêm lutando pela igualdade de salários e melhores condições de trabalho, pela valorização do trabalho doméstico, pelo direito inalienável de todas ao controle do próprio corpo e gozo de sua sexualidade por fim, a luta é pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Por volta de 1910, a professora Deolinda Daltro funda, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino, que tinha o objetivo de ressuscitar no Congresso Nacional o debate sobre o voto das mulheres. Em 1932, no dia 24 de fevereiro, após diversas manifestações, foi decretado por Getúlio Vargas o novo Código no qual dava o direito de votar às mulheres brasileiras sob as mesmas condições dos homens. No entanto, as mulheres brasileiras só exerceram a sua cidadania na Constituição de 1934 (RODRIGUES, 2010).

Conforme Pinto (2010), as *sufrajetes* brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de

1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral Brasileiro.

De acordo com Alves e Pitanguy (1991), o movimento sufragista surgiu nos Estados Unidos em 1848, e tinha o objetivo de denunciar a exclusão feminina da possibilidade de participação nas decisões públicas. As autoras ressaltam que a luta pelo sufrágio feminino, abrangeu mulheres de todas as classes sociais. Nos EUA e Inglaterra, durou cerca de sete décadas, e no Brasil estendeu-se por quarenta anos a contar da constituinte de 1891. O movimento mobilizou no auge das campanhas, até 2 milhões de mulheres o que torna essa luta um dos movimentos de maior destaque do século XX.

Por volta dos anos de 1970, vive-se um momento de repressão com a ditadura militar no Brasil, no entanto, o movimento foi um dos protagonistas na luta contra o cerceamento de direitos e ganhou expressividade através dos debates públicos sobre a situação social das mulheres na sociedade (ALVES; ALVES, 2013).

A presença das mulheres na luta armada implicava não apenas revoltar-se contra a ordem política vigente, mas representou uma intensa transgressão com o que era denominado à época para a mulher, como o âmbito privado. No tocante aos comportamentos sexuais, Sarti (1998) destaca que as militantes feministas quebravam barreiras à medida que negavam o lugar que por tradição era atribuído à mulher, uma vez que assumiam um comportamento sexual que colocava em questão a virgindade e o casamento, “comportando-se como homens” rompendo, portanto o que foi estabelecido como padrão para a mulher.

Desse modo, a mulher que ousou deixar o universo doméstico e feminino para “agir como homem”, recebeu um forte estigma pelo fato de desafiar o “código de gênero de sua época”, da mesma forma que ocorreu com as mulheres que participaram da resistência armada (MORAES, 2012).

Nesse período, muitas brasileiras exiladas que estudavam na Europa ou nos Estados Unidos, articularam uma militância feminista para o Brasil e para a América Latina. Essas mulheres de volta ao Brasil foram importantes na formação de grupos de reflexão, compartilhando problemas individuais das mulheres que, quando reconhecidos, tomavam um caráter político (RODRIGUES, 2010).

No Brasil, houve uma participação ativa das mulheres na luta contra a ditadura Militar o primeiro grupo de mulheres feministas surgiu em São Paulo no ano de 1972, aos poucos temas

relacionados ao feminismo passaram a fazer parte dos eventos e fóruns nacionais, como ocorreu na reunião da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), em Belo Horizonte, no ano de 1975 (ALVES; ALVES, 2013).

Em 1972, o Brasil atravessava uma crise econômica com elevadas taxas de inflação, nesse contexto, surgiram movimentos liderados por mulheres contra o alto custo de vida e a favor de criação de creches. No dia 8 de março de 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU), decretou o Dia Internacional da Mulher. O reconhecimento da ONU trouxe à tona a luta pela emancipação e pela participação social das mulheres, nessa dinâmica surgiram diversos grupos com diferentes formas de atuação e enfoques (RODRIGUES, 2010).

O primeiro jornal feito e dirigido às mulheres foi o Brasil Mulher, no período-pós 1975, publicado pela Sociedade Brasil Mulher. O segundo, foi o Nós Mulheres, este foi publicado pela Associação de Mulheres, teve oito edições, que circularam de 1976 a 1978². O primeiro exemplar do jornal Nós Mulheres, publicou um depoimento de uma mulher negra o que fazia crer que a questão racial seria facilmente incorporada ao discurso e luta feminista. No entanto, isto não aconteceu, nos dias de hoje as questões raciais sobretudo, a raça negra em geral ainda não são discutidas no movimento (TELES, 1999)

O Feminismo Negro trata-se de um movimento teórico e prático que surgiu devido a constatação de que o feminismo em suas vertentes tradicionais não percebeu que as mulheres constituem um conjunto diversificado e heterogêneo, sendo assim a opressão é vivenciada de forma diferente, e dessa forma se faz necessário articular a opressão de gênero como de classe e raça (DA SILVA, 2013).

De acordo com Da Silva (2013, p. 43), o feminismo negro surgiu na década 70, surgiu nos Estados Unidos da América (EUA) e nas décadas posteriores surgiu no Brasil. As feministas estadunidenses abordaram a questão do racismo e atentaram para o entrecruzamento entre gênero, raça e classe como aspectos representativos das diferenças nas experiências das mulheres (DA SILVA, 2013).

A autora Da Silva (2013) afirma que o feminismo negro no contexto brasileiro põe em questão a particularidade da formação histórica, social, econômica e cultural do Brasil. Desse modo, não tem como lutar pela igualdade entre homens e mulheres, direitos reprodutivos, fim da violência as mulheres, sem ter como eixo mobilizador o racismo e seus impactos na vida de todas as mulheres, sobretudo as mulheres negras.

² Disponível em: < <http://vermelho.org.br/noticia/177459-6>> Acesso em 25 de Agosto de 2016.

São diversas as formas de opressão ao qual as mulheres estão expostas dependendo do grupo social que estão inseridas. Para as mulheres negras, o racismo deixa marcas profundas em suas vidas tendo em vista que é uma estrutura de dominação e exclusão. Neste contexto, a incorporação da perspectiva racial é fundamental uma vez que a imbricação raça e gênero evidencia como as mulheres negras vivenciam vulnerabilidades em nossa sociedade. Destaca-se a inclusão das experiências das mulheres negras com o objetivo da produção de conhecimento para as vidas e as lutas das próprias mulheres, colaborando para modificar suas realidades de marginalização e exclusão, e que se contraponha aos paradigmas tradicionais de validação do conhecimento (CARDOSO, 2012).

O movimento feminista passou a publicizar questões como sexualidade, corpo da mulher e a saúde, possibilitando o surgimento de uma linguagem inovadora e feminina. Esse movimento realizou grandes conquistas, principalmente, no que se refere à abertura do mercado de trabalho para as mulheres. Porém, é comum perceber, em nossa realidade, a dupla e até tripla jornada de trabalho das mulheres que têm filhos e companheiros (as), pois além de trabalhar fora, tem que se responsabilizar quase exclusivamente com as tarefas domésticas, comprometendo sua saúde e qualidade de vida (ALVES; ALVES, 2013).

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de “raça”, classe e “gênero”, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimentos negros e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reinvidicações do movimento negro (CARNEIRO, 2003, P.52).

2.2 Violência Contra as Mulheres

A violência contra as mulheres foi definida na Convenção de Belém do Pará, como: “[...] qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”.

Segundo Saffioti (2001), a violência de gênero abrange um público amplo, visto que atinge mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. Os homens em exercício da função patriarcal, recebem autorização ou pelo menos tolerância da sociedade para punir o que lhes apresenta como desvio. Embora não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de seguir caminhos diversos do que é determinado pelas normas sociais, a dominação-

exploração dos homens em relação as mulheres exigem que a sua capacidade de mando, seja auxiliada pela violência.

A violência contra as mulheres apresenta uma complexidade conceitual, pois pode apresentar diversos significados e causas, no entanto, define-se como um instrumento de controle do homem sobre o corpo da mulher que abriga um repertório de práticas diversas. Neste contexto, estão os abusos verbais, físicos e emocionais, agressões e torturas, assédios e abuso sexual, estupro, privação de liberdade, heterossexualidade forçada, possessão forçada dos corpos femininos, maternidade imposta, abortamentos, mutilações físicas, assassinatos, crimes passionais, e manifestações mais sutis, que se apresentam de maneiras veladas e envolventes, que sobrevivem por meio de chantagens, emoções e constrangimentos (BANDEIRA, 2009).

A violência manifesta-se no físico assim como em todas aquelas formas nas quais se oprime, impossibilita ou se violam as garantias individuais das pessoas. Por tal motivo, observa-se que todas as definições, concordam que a violência é qualquer ato exercido contra a dignidade da mulher, independente de suas origens (CASSIQUE; FUREGATO, 2006, p. 2).

A violência sofrida pelas mulheres no Brasil, conforme aponta Bandeira (2009), acarretou mudanças importantes nos processos legislativos, institucionais e jurídicos. A partir da década de 1970, no período da ditadura militar, essas mudanças se evidenciaram no cenário das demandas pela Anistia Política de vários homens e mulheres, vítimas da violência militar. Neste sentido, segmentos do movimento feminista brasileiro se empenharam em denunciar as violências cometidas contra as mulheres no âmbito doméstico.

Em 1985, foi criada em São Paulo a primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), cujos impactos repercutiram, positivamente, nos segmentos menos privilegiados da sociedade. Já a criação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECRIMs), regidos pela Lei nº 9.099/95 se deu nos anos de 1990. A principal característica dos (JECRIMs) era tratar dos delitos gerais considerados de “menor potencial ofensivo”, estimulando mecanismos de conciliação entre as partes envolvidas. (BANDEIRA, 2009).

As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) constituem uma das primeiras políticas públicas em defesa das mulheres este feito deveu-se a luta feminista desde a década de 1970, na qual trouxeram à tona a questão da violência contra as mulheres que deveria ser enfrentada pelo Estado brasileiro. A partir daí outros Estados aderiram e criaram as DEAMs (BARBOSA; OLIVEIRA; PAIVA, 2015).

Durante os trinta anos de atuação das DEAMs, no Brasil, foram identificadas algumas necessidades para o enfrentamento da violência contra as mulheres. O movimento feminista

brasileiro teve uma participação efetiva através de incidências políticas nas convenções internacionais, conferências nacionais, estaduais e municipais. Assim surgiram outras políticas públicas, visto que foram criadas as Casas-Abrigo, Centros de Referência da Mulher, os Núcleos em Defesa da Mulher, e outros (BARBOSA; OLIVEIRA; PAIVA,2015).

As Casas-Abrigo definem-se como locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral para mulheres em risco de vida iminente em razão da violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, no qual as usuárias permanecem por um período determinado, durante o qual deverão reunir condições necessárias para retomar o curso de suas vidas.

A Casa-Abrigo, no ano de 2009, passou a ser incluída na tipificação dos serviços sócio-assistenciais como um serviço da proteção social especial de alta complexidade, sob a denominação de “serviço de acolhimento institucional para mulheres em situação de violência” (Resolução CNAS nº. 109, de 11 de novembro de 2009).³

A autora Bandeira (2009) aponta que a intensificação da luta pela democratização dos direitos humanos e pela cidadania nos anos 2000 impulsionou a criação da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres, que foi efetiva em 2003 e esteve presente na elaboração da nova legislação destinada a erradicar a violência contra as mulheres.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), foi criada em 2003, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, com o objetivo de promover a igualdade entre homens e mulheres assim como combater preconceito e discriminação contra as mulheres. Percebe-se uma busca pela igualdade entre homens e mulheres em termos de direitos e obrigações. As mudanças ocorridas foram possíveis devido a um processo contínuo de cooperação transversal entre a SPM e os demais Ministérios, a sociedade civil e a comunidade internacional. A SPM tinha a função de assessorar o Presidente da República, em articulação com os demais Ministérios, na formulação e desenvolvimento de políticas para as mulheres. Em paralelo, desenvolvia campanhas educativas de caráter nacional, assim como projetos e programas de cooperação com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas.

Com a SPM houve Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e a construção do Plano de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres. Neste processo questionava-se a legislação 9.099;2005, essa esta lei criou os Juizados Especiais Criminais e contemplou novos

³ www.sjdh.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=221. Acesso em: 03 de maio de 2016.

procedimentos para o tratamento de crimes de “menor potencial ofensivo” (com pena inferior a um ano de detenção). Apesar de não ser específica para os casos de violência contra as mulheres, a lei acabou sendo aplicada a maioria das ocorrências registradas nas delegacias da mulher. A lei foi denunciada pelo movimento de mulheres devido ao tratamento discriminatório das mulheres no acesso à justiça, através da banalização da violência tendo em vista a sua classificação como sendo de “menor potencial ofensivo” e também a aplicação de medidas substitutivas à prisão, como o pagamento de multas de valores irrisórios pelos agressores e cestas de alimentos. (PASINATO; SANTOS,2008).

A Lei Maria da Penha nº 11.340/ 2006 é considerada um marco no enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil, reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das três melhores legislações de combate à violência. A Lei Maria da Penha retirou a competência dos Juizados Especiais Criminais para julgar os crimes de “violência doméstica e familiar contra a mulher”, estabeleceu a criação de Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, para tratar destes crimes. Antes desta Lei a violência doméstica contra as mulheres era tida como um crime de menor poder ofensivo, estipulado pela Lei 9.099;95 o que contribuía para a impunidade. A Lei Maria da Penha possibilitou que os agressores fossem presos em flagrante ou tivessem a sua prisão preventiva decretada. Além disso, aumentou o tempo máximo de detenção previsto para o crime de lesão corporal de um para três anos. A Lei ainda previu medidas que determinaram a saída do agressor do domicílio e uma medida protetiva que o afastou da mulher agredida e dos (as) filhos (as).

A Lei Maria da Penha surgiu em decorrência da luta dos movimentos de mulheres e poderes públicos no enfrentamento à violência doméstica e familiar e devido ao alto índice de mulheres mortas no País. Tratou-se também de uma resposta efetiva do Estado brasileiro às recomendações da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção Belém do Pará e também a Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW). O Estado, portanto, assumiu a responsabilidade de prevenir a violência, proteger as mulheres, ajudar na reconstrução de suas vidas e punir os agressores.⁴

Foram inúmeros os benefícios concedidos pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340 / 2006), uma vez que reconheceu a violência contra as mulheres como uma violação dos direitos

⁴ BRASIL, Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/ 2006). Mecanismo de Enfrentamento à Violência doméstica e familiar contra as mulheres. Brasília: 2016.

humanos, estabeleceu medidas de prevenção, proteção e assistência às mulheres e punição aos agressores (BARBOSA et al.,2015).

A criação da Lei sem dúvida trouxe avanços para a sociedade como um todo, no entanto, o Brasil ainda ocupa posição preocupante no que se refere a violência. De acordo com os dados divulgados no Balanço de atendimentos realizados de janeiro a outubro de 2015 pela Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR)⁵ cerca de 38,72% das mulheres em situação de violência sofrem agressões todos os dias; enquanto que 33,86%, passam por agressão semanal. Os dados registrados na Central de Atendimento referente aos dez primeiros meses do ano de 2015 despontam que 85,85% corresponderam a situações de violência familiar e doméstica contra as mulheres. Em 67,36% dos relatos as violências foram cometidas pelos próprios companheiros ou cônjuges ou ex-companheiros ou ex-cônjuges das vítimas. Enquanto que cerca de 27% dos casos, o agressor era um familiar, amigo, vizinho ou conhecido. A pesquisa revelou ainda que os episódios de violência acontecem desde o início da relação (13,68%) ou de um até cinco anos (30,45%).

Nos primeiros dez meses de 2015, em um total de 63.090 denúncias realizadas sobre a violência contra a mulher, 31.432 dizem respeito a denúncias de violência física (49,82%), 19.182 de violência psicológica (30,40%), 4.627 de violência moral (7,33%), 1.382 de violência patrimonial (2,19%), 3.064 de violência sexual (4,86%), 3.071 de cárcere privado (1,76%) e 332 envolvendo tráfico (0,53%). Os atendimentos registrados pelo Ligue 180 despontaram que 77,83% das vítimas possuem filhos (as) e que 80,42% desses (as) filhos(as) presenciaram ou sofreram a violência.

Os dados divulgados são alarmantes, no entanto, podem ainda estar distantes da realidade tendo em vista que grande parte dos abusos não são denunciados nem notificados ao serviço de saúde (OLIVEIRA, 2015). A autora afirma ainda que ter o conhecimento da violência sexual sofrida pelas mulheres é de extrema importância por ser um tipo de violência que repercute diretamente na saúde física e mental da vítima, desse modo a criação e desenvolvimento de políticas públicas é fundamental.

A violência contra a mulher, como dito anteriormente, ocorre em largas proporções em nossa sociedade. Foram criadas ações com o intuito de combater a violência, dentre estas ações está a judicialização, trata-se da criminalização da violência contra as mulheres, não só pela

⁵ Disponível em: <<http://www.compromissoeatitude.org.br/dados-nacionais-sobre-violencia-contra-a-mulher/>> Acesso em: 01 de Abril de 2016.

letra das normas ou leis, mas também, e fundamentalmente, pela consolidação de estruturas específicas, mediante as quais o aparelho policial e/ou jurídico pode ser mobilizado para proteger as vítimas e/ou punir os agressores (WAISELFISZ ,2015).

O índice de assassinatos de mulheres entre os anos de 1980 e 2010 dobrou, visto que, passaram de 2,3 para 4,6 assassinatos por 100 mil mulheres. Com esse índice, o Brasil ocupa o sétimo lugar no mundo no *ranking* internacional de assassinatos de mulheres. Essa situação equivale a um estado de guerra civil permanente. O relatório sobre o peso mundial da violência armada assinala que a maioria dos assassinatos de mulheres vem sendo praticado por parceiros ou ex-parceiros íntimos, amigos ou parentes das vítimas, e que a maioria destas havia sofrido anteriormente algum tipo de violência por parte de seus assassinos (GENEVA DECLARATION SECRETARIAT, 2011).⁶ Recentemente, em março de 2015, foi sancionada a Lei 13.104/2015, a Lei do Femicídio, que classifica-se como crime hediondo e com agravantes quando ocorre em situações específicas de vulnerabilidade como a gravidez, menor de idade, na presença de filhos, etc. A lei entende que existe feminicídio quando a agressão envolve violência doméstica e familiar, ou quando evidencia menosprezo ou discriminação à condição de mulher, caracterizando crime por razões de condição do sexo feminino. Entende-se, portanto que feminicídio são as agressões cometidas contra uma pessoa do sexo feminino no âmbito familiar da vítima que, de forma intencional, causam lesões ou agravos à saúde que levam a sua morte (WAISELFISZ ,2015).

Define-se feminicídio como o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. São crimes que ocorrem geralmente na intimidade dos relacionamentos e na maioria das vezes caracterizam-se por formas extremas de violência e barbárie. São crimes praticados sem distinção de raça/etnia, graus de escolaridade, religião, classe social, além de serem a expressão perversa de um tipo de dominação masculina ainda fortemente cravada na cultura brasileira. São crimes cometidos por homens contra as mulheres, suas motivações são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda da propriedade sobre elas. O feminicídio representa a última etapa de violência que leva à morte. Precedido por outros eventos, como abusos físicos e psicológicos,

⁶ Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/femicidio-a-ultima-etapa-do-ciclo-da-violencia-contra-a-mulher-por-lourdes-bandeira/>. Acesso em: 16 de maio de 2016.

que tentam submeter as mulheres a uma lógica de dominação masculina, trata-se, portanto, de parte de um sistema de dominação patriarcal e misógino.⁷

O tema da violência contra as mulheres é de suma importância, no entanto, ainda são poucos os estudos abordando essa temática na Ciência da Informação e na Biblioteconomia, o/a profissional da informação como mediador/a da informação é um/a agente transformador/a da sociedade, visto que através da informação é capaz de conscientizar a sociedade sobre diversos aspectos inclusive com relação ao enfrentamento da violência contra as mulheres.

3 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E A BIBLIOTECONOMIA

De acordo com Freire e Freire (2009), a informação é essencial para o desenvolvimento humano, tendo em vista que contribui com o crescimento e o desenvolvimento dos agentes sociais.

A informação desempenha um papel central, o conhecimento e a comunicação são fenômenos essenciais em toda a sociedade contemporânea. Desse modo, o conhecimento e comunicação são feitos essenciais em toda a sociedade humana, contudo é o surgimento da tecnologia da Informação e seus impactos que caracterizam a sociedade como uma sociedade da informação.

A ciência da informação (CI) apresenta-se como uma área multifacetada, cujo objeto de estudo é a informação, apresenta-se de maneira interdisciplinar visto que abrange diversas áreas do conhecimento (CARDOSO FILHO; SANTOS, 2011). No que se refere a Ciência da Informação Borko (1968, p.3) afirma:

Ciência da Informação é aquela disciplina que investiga as propriedades e o comportamento informacional, as forças que governam os fluxos de informação, e os significados do processamento da informação, para uma acessibilidade e usabilidade ótima. Ela está preocupada com o corpo de conhecimentos relacionados à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação, e utilização da informação. Isto inclui a investigação da representação da informação em ambos os sistemas, naturais e artificiais, o uso de códigos para a transmissão eficiente da mensagem, e o estudo do processamento de informações e de técnicas aplicadas aos computadores e seus sistemas de programação (BORKO, 1968, p. 3).

⁷ Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/noticias-violencia/21102013-lourdes-bandeira-explica-o-feminicidio-em-artigo-para-o-portal-compromisso-e-atitude/>. Acesso em: 15 de maio de 2016.

A Ciência da Informação surgiu com o objetivo de sanar os problemas relacionados ao volume crescente de informação, ao surgimento de novas tecnologias assim como a importância da informação, do conhecimento e do saber (CARELLI; MORAES, 2016).

O período pós-Segunda Guerra Mundial deixou para o mundo, terríveis imagens de cidades arrasadas, nações devastadas e povos dizimados. Evento drástico na história da humanidade, promovido por regimes políticos, que não mediram esforços para mostrar ao mundo sua capacidade bélica. Parte do conhecimento científico da época estava a serviço desses regimes políticos, suscitando novas possibilidades de ampliar o poder de destruição em massa e um exemplo disso, foi a produção e uso de armas químicas. (FREIRE; NASCIMENTO, 2014).

A Ciência da Informação, nas décadas de 1940, 1950 e 1960, foi essencial no processo de providenciar soluções para o problema da “explosão informacional”, a partir de eixos como a produção de melhores sistemas de recuperação da informação, da otimização do fluxo do conhecimento científico para o aumento da produtividade, da importância estratégica da informação no contexto da competitividade tecnológica entre os países. Na década de 1970, houve necessidade de inovações tecnológicas dos serviços e produtos de informação, incorporando os modelos mentais dos usuários (as). Na década de 1980, surgiram em alguns países questões ligadas ao “direito à informação”, relacionando temáticas como a da democratização, da inclusão e da emancipação. Já na década de 1990, “intensifica-se a relação entre informação e conhecimento, atrelada aos novos conceitos de gestão do conhecimento e inteligência social e organizacional. Desta forma, houve um deslocamento da centralidade temática da informação científico-tecnológica” (Ibidem, p. 01-02). Também, nesse período, as possibilidades trazidas pelo hipertexto e pelas mídias interativas apresentam novos desafios para os sistemas de informação. Enfim, no começo da atual década, prevaleceram as iniciativas dos programas nacionais de inclusão na “sociedade da informação” e da ampliação da lógica informacional para os mais diversos setores da atividade humana (ARAÚJO, 2008).

O autor Saracevic aponta a importância da transmissão do conhecimento, nesse sentido afirma que:

A Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação. No tratamento destas questões são consideradas de particular interesse as vantagens das modernas tecnologias informacionais (SARACEVIC, 1996, p. 47).

Saracevic aborda que a Ciência da Informação trata de questões científicas assim como a disseminação do conhecimento entre as pessoas no contexto social, institucional ou individual. Para Freire (2006) a perspectiva científica da informação foi uma grande novidade na produção e comunicação do conhecimento científico, tendo em vista que dentre várias contribuições, possibilitou e continua a possibilitar a criação de tecnologias de informação de maneira eficiente e eficaz.

A Informação é fundamental para o desenvolvimento científico, tecnológico político, social e cultural. Desse modo está presente em todas essas áreas do conhecimento adequando-se, portanto a cada uma dessas áreas (SARACEVIC,1996; PINHEIRO, 2002; FREIRE, 2010).

De acordo com Le Coadic (2004, p.4), a informação é definida como “[...] um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”.

Segundo Barreto (1994), a informação é algo que provoca mudança, visto que afeta o cognitivo do sujeito sendo capaz, portanto de instituir um novo conhecimento. Desse modo, a informação não é entendida como uma ‘coisa’ que precisa ser fisicamente sistematizada, e sim como uma matéria-prima que transporta o conhecimento e possibilita uma mudança no receptor (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004; 2008).

Capurro e Hjørland (2007) desenvolveram um estudo profundo sobre o termo “informação” que abrange desde a origem da palavra ao seu significado usual na língua inglesa que é o de comunicação do conhecimento. Esses autores se embasam na concepção histórica e hermenêutica, considerando ser essencial levar em conta o sujeito cognitivo, os processos interpretativos, as mídias e a função social dos sistemas de informação.

Desse modo, como agente mediador/a na produção do conhecimento, a informação qualifica-se, em forma e substância, como estruturas importantes com a competência de produzir conhecimento para o indivíduo e seu grupo (BARRETO, 1994).

No que se refere a visão social da informação, Freire (2004) aponta algumas condições básicas para a sua existência, que são:

- Ambiente social - Esse ambiente possibilita a comunicação. Ele decorre do impulso da necessidade de transmitir uma informação;
- Agentes - Na comunicação, os agentes são o/a emissor/a, ou seja, aquele/a que produz a informação, e o/a receptor/a trata-se do/a que recebe a informação;
- Canais - Os canais são meios por onde as informações circulam. Os/as agentes, ou seja, produtores/as de informação escolhem os canais mais adequados para circulação de uma

determinada informação, estes/as podem utilizar-se de meios impressos, como jornais, revistas, periódicos científicos, livros, além de rádio, televisão, Internet, congressos, feiras e outros tipos de eventos científicos e comerciais. (FREIRE, 2004, p. 20-21).

O campo da informação científica e tecnológica é o precursor da Ciência da Informação pelo fato de estar já colocado como temática desde suas manifestações iniciais. A temática da produção científica dava a tônica das discussões sobre a informação. Isto levou a compreensão de que a Ciência da Informação seria, na verdade, a Ciência da Informação científica. Esta visão teve importantes manifestações na Inglaterra, nos Estados Unidos e na União Soviética (MUELLER, 2007) associado a dois problemas que são: a necessidade dos/as cientistas ao acesso às informações, resultados de pesquisas e documentos com eficiência e rapidez; e o fenômeno da explosão informacional, especialmente a explosão da informação em ciência e tecnologia, tornando-se desse modo, mais difícil para os/as cientistas acompanhar a evolução dos conhecimentos em seu campo de atuação. Esse contexto demonstra a importância que as atividades científicas e tecnológicas ganharam especialmente no pós-guerra, entendidas como condição fundamental para assegurar a hegemonia dos países no caso de conflitos militares e mesmo no plano econômico-industrial (ARAÚJO, 2014).

A ciência da informação, no entanto, não “nasce” ainda como uma ciência social. É ligada inicialmente à computação e à recuperação automática da informação, apenas nos anos 70, esta vai promover sua inscrição efetiva nas ciências sociais (ARAÚJO, 2003).

O pensamento e a reflexão sobre a realidade social e as relações sociais foi uma constante na história da humanidade, desde a Grécia Clássica, passando pela Idade Média e durante o Renascimento, contudo, apenas no século XIX se tornou possível falar em “ciências sociais”, visto que é o conjunto de reflexões desse período que, incorporando os princípios baconianos e o método cartesiano, vai consistir na forma de conhecimento conhecida como “ciência moderna” (ARAÚJO, 2003).

É importante ressaltar que a Ciência da Informação é reconhecidamente social, desse modo é preciso observar que suas origens remontam a fatores indissociáveis das ciências naturais e de seus processos de quantificação e também das ciências ditas tecnológicas. Assim todo esse aparato quantitativo e tecnológico está restrito à necessidade de se mensurar e precisar procedimentos com a finalidade de pensar as relações sociais da produção, organização, representação, mediação, acesso, uso, apreensão e apropriação da informação. Assim, as Ciências Sociais definem de forma mais efetiva os traços teóricos e aplicativos da Ciência da Informação, por reconhece-los no âmbito das ações sociais, como instrumentos visando compreender os processos de produção (SILVA; FREIRE, 2013).

A construção de um objeto científico, além de caracterizar um campo do conhecimento de maneira mais precisa e clara, desenvolve uma maturação no âmbito das relações socio-epistemológicas, no caso da Ciência da Informação, a percepção de objeto se dá a partir do (s) entendimento (s) sobre o conceito de informação. Desse modo esses entendimentos sobre informação devem conceber uma percepção científica, e também acompanhar as mudanças e relações sociais que envolvem a humanidade. (SILVA; FREIRE, 2013).

Os campos da Ciência da Informação, a representação e recuperação da informação estabeleceram laços mais fortes com a biblioteconomia, principalmente com a área ligada a instrumentos de descrição e classificação bibliográficas isto impulsionou, a designação da área como *library and information Science* (ARAÚJO, 2014).

A existência do que se pode chamar da primeira biblioteca primitiva onde haviam as primeiras coleções organizadas de documentos, data do terceiro milênio a.C. Trata-se da Biblioteca de Ebla, localizada na Síria, cuja coleção era composta de textos administrativos, literários e científicos, registrados em 15 mil tábuas de argila, as quais foram dispostas criteriosamente em estantes de acordo com o tema abordado, além de 15 tábuas pequenas com resumos do conteúdo de documentos. A escrita era a cuneiforme, no entanto, não no seu idioma original (o sumério), mas numa língua desconhecida a qual se chamou eblaíta. Esta biblioteca foi descoberta em 1975 e isto, alterou a história conhecida sobre a Síria e sobre o Oriente Médio, a organização encontrada na biblioteca em questão vem sendo considerada a origem dos princípios da Biblioteconomia. (Ortega apud SAGREDO E NUÑO, 1994).

Lemos (1998 apud ORTEGA, 2004) apresentam uma trajetória histórica do surgimento das bibliotecas na antiguidade. Desse modo o surgimento das bibliotecas nos templos gregos se deu no século IV a.C. Já no século III destaca-se a Biblioteca de Alexandria cujo acervo foi formado com a contribuição de Ptolomeu III, visto que este exigia que todos os navios que parassem em Alexandria entregassem seus livros para serem copiados, esta atitude tinha o objetivo de ter uma biblioteca que abrigasse todo o conhecimento humano registrado. Nos séculos que compreendem o período de IX ao XV há o predomínio das bibliotecas ligadas as ordens religiosas, estas eram, portanto, responsáveis pela produção, organização e armazenamento da produção documental, neste período destaca-se a figura do/a bibliotecário /a como guardião/a de livros.

A partir do século XIII surgem as primeiras bibliotecas universitárias. No século XV destaca-se a invenção da prensa tipográfica de Gutemberg esta inovação impulsionou a produção do livro, contribuindo desse modo com o seu barateamento acelerando e ampliando

sua distribuição. Rompendo dessa maneira com o monopólio que a Igreja exercia sobre a produção editorial contribuindo para o surgimento do livro.

Os séculos XVI e XVIII foram denominados era moderna, salientando-se a mudança de pensamento na sociedade provocada pelo Renascimento Cultural e Científico o livro passou a ser distribuído e dessa maneira a informação passou a ser disseminada, isto contribuiu para a mudança no armazenamento e organização das informações. Aos poucos, a biblioteca ganhou mais visibilidade pública e social e o/a "bibliotecário/a" ampliou sua ação.

A palavra "biblioteca" tem origem do grego *biblíon* (livro) e *teke* (caixa, depósito), desde as primeiras bibliotecas, essa palavra tem sido utilizada para determinar um local onde se armazenam livros. Contudo, nem sempre foram livros os materiais presentes nas bibliotecas. Historicamente, os suportes para a informação variaram de formato de acordo com a tecnologia utilizada pelo ser humano. (MORIGI; SOUTO, 2006).

A informação tem poder tendo em vista que é uma das ferramentas fundamentais para a transformação do ser humano, para a mudança de mentalidades. A informação desde o século passado, desempenha um importante papel no desenvolvimento dos países, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento científico e tecnológico, visto que apresenta grande importância na difusão e uso do conhecimento como recurso para a geração de novos conhecimentos (ARAÚJO, 1991).

As primeiras instituições a lidar com a informação foram as bibliotecas e os arquivos, nesse sentido tiveram um importante papel na preservação documental. Além disso, destacam-se os serviços, procedimentos técnicos e linguagens desenvolvidos, buscando a recuperação da informação objetivando o acesso e uso dos documentos, isto tem relevância social na construção do conhecimento (SIQUEIRA, 2010).

São diversos os tipos de bibliotecas: bibliotecas públicas, bibliotecas escolares, bibliotecas universitárias, bibliotecas especializadas, bibliotecas nacionais estas instituições atendem a vários tipos de usuários e buscam suprir as suas necessidades. Nesse sentido o (a) bibliotecário (a) que antes estava focado (a) nas técnicas e práticas bibliotecárias como a classificação e a catalogação, passa assumir um papel diferente visando disseminar a informação solicitada pelo (a) usuário (a). Nesse contexto o/a bibliotecário/a assume o papel de mediador/a da informação (FONSECA, 2007).

As unidades de informação que são as bibliotecas, centros e sistemas de informação e de documentação, são organizações sociais sem fins lucrativos, tendo como característica a prestação de serviços disponibilizando a informação para os/as usuários/as, seja de forma

tangível (produtos impressos), ou intangível com prestação de serviços personalizados, pessoais, e atualmente, de forma virtual pela Internet (TARAPANOFF et al, 2000).

A biblioteca é um ambiente em que ocorrem muitos fenômenos informacionais e sistemas complexos de interação, esse contexto exige do (a) bibliotecário (a) uma postura inovadora e proativa visando atender as necessidades dos (as) usuários (as). Diante disso o (a) profissional precisa desenvolver consciência crítica, com foco na responsabilidade individual e coletiva (FARIAS, 2015).

Tendo em vista que a sociedade está passando por um período de profundas transformações tecnológicas e desse modo tem enfrentado os impactos sociais gerados por estas, os (as) bibliotecários (as) podem assumir papel de mediador (a) da informação em diversas unidades e suportes informacionais.

No passado a imagem da biblioteca estava associada com um espaço que se assemelhava a um depósito de livros, onde o (a) bibliotecário (a) desempenhava o papel de guardião (a). A utilização das tecnologias nas bibliotecas e seus profissionais estão transformando as concepções dos (as) bibliotecários (as) e dos (as) usuários (as) acerca da biblioteca e o seu papel. Nesse novo contexto, a biblioteca está sendo identificada como um local “moderno” onde se disponibiliza informação e o (a) bibliotecário (a) como seu disseminador (a). (MORIGI;SOUTO, 2006).

Para Faria et al 2005 (apud TEIXEIRA FILHO, 2005) O (a) profissional da informação

Pode ser ainda o/a responsável pelo acervo de documentação da empresa, abrangendo textos, artigos, livros, periódicos, manuais, plantas, especificações técnicas, estruturando e mantendo a memória organizacional. Ou até mesmo o/a profissional de marketing, preocupado/a com a pesquisa, captação, seleção, qualificação, análise e comunicação das informações sobre o mercado, o desempenho da empresa e da concorrência. E também não se pode esquecer o/a profissional de recursos humanos, voltado para a formação e sustentação de comunidades de práticas dentro da empresa, cujo objetivo é o compartilhamento do conhecimento.

De acordo com o autor Faria et al 2005 (apud TEIXEIRA FILHO, 2005) a área de atuação do profissional da informação, é bastante ampla, o/a profissional da informação passa a ser todo/a aquele/a que pesquise, recupere, selecione, e dissemine informações.

3.1 Bibliotecário (a), Redes Sociais e Violência Contra as Mulheres

É com a perspectiva do (a) Profissional da Informação, o (a) bibliotecário (a), como mediador (a) da informação que analisaremos a disseminação da informação da violência contra as mulheres nas redes sociais.

A apropriação da informação ocorre através do processo de mediação, visto que se constitui em uma ação de produção e não apenas de consumo, implica, portanto, em uma transformação, uma modificação do conhecimento, onde somente o (a) usuário (a) pode determinar a concretização efetiva da informação (ALMEIDA JÚNIOR, 2007, 2004).

Nesse sentido Almeida Junior (2008, p. 46) afirma que:

Mediação da informação é toda ação de interferência – realizada pelo/a profissional da informação -, direta ou indireta, consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaz, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional (ALMEIDA JÚNIOR, 2008, p. 46).

A mediação da informação conforme Farias (2015) serve como estímulo e exerce uma função primordial na realização do diálogo, visando indicar possíveis caminhos para o desenvolvimento de competências e, conseqüentemente para subsidiar o protagonismo social. De acordo com Belmonte (2007, p. 23 apud FARIAS, 2015, p.109) o (a) mediador (a) é alguém que guia, orienta, amplifica, organiza e desenha processos formativos, o que implica em “[...] conhecer quanto contribui a autêntica construção da obra mais complexa que podemos empreender, como a formação de uma pessoa” (FARIAS, 2015).

A biblioteca apresenta um papel fundamental na construção do saber do ser humano, pois através do conhecimento é possível haver uma ampliação da cultura e isso possibilita que os/as cidadãos/as se tornem mais conscientes de seus direitos e deveres. Nessa perspectiva é interessante trazer à tona questões como a violência contra as mulheres visto que é um problema recorrente em nossa sociedade, sendo fenômeno histórico e cultural. O (a) bibliotecário (a) pode atuar como um agente cultural utilizando-se de atividades culturais como peças de teatro, cinema, palestras, debates, dentre outros, com o intuito de provocar a conscientização dos (as) cidadãos (as).

De acordo com Coelho (2001, p. 14) ação cultural significa disponibilizar os meios para que as pessoas se tornem sujeitos da cultura e não meramente objetos. Compete também aos (as) bibliotecários (as) o papel de agente cultural compartilhando, disseminando e estimulando atividades em outros ambientes além da biblioteca, como ONGs, escolas, praças, creches e

ambientes virtuais, como nas redes sociais de modo geral. Dessa forma o (a) bibliotecário (a) atuando em meios não tradicionais, ou seja, além da biblioteca é um canal que possibilita a mudança de determinadas situações, como a violência contra as mulheres.

No que se refere à mediação da informação no contexto da disseminação da informação sobre a violência contra as mulheres nas redes sociais, a informação representa insumo imprescindível para o desenvolvimento de pesquisas, o fortalecimento do planejamento da política pública, e também monitoramento e aprimoramento de ações que tem o objetivo de mudar a situação de desigualdade que atinge a vida de inúmeras mulheres e também promover a equidade de gênero (ALVES; CORTES; SILVA, 2015).

Os (as) autores Alves; Cortes; Silva (2015) afirmam ainda que compreender e analisar as relações de gênero no contexto da Ciência da Informação consiste em revelar as realizações das mulheres na esfera educacional, cultural, política, econômica e social. A informação abordada dessa maneira, é um dispositivo de poder com potencial para elaborar sentidos acerca dos direitos das mulheres, desse modo informação e as novas tecnologias informacionais podem redesenhar as relações de poder a respeito da construção social das desigualdades de gênero e ainda fortalecer as estratégias de enfrentamento a violência contra as mulheres. As Tecnologias de Informação e Comunicação TICs são importantes ferramentas para a disseminação da informação e mudanças de paradigmas.

3.2 Tipologias das Tics

Atualmente passamos por profundas mudanças na comunicação e interação com as pessoas, a tecnologia possibilitou diminuir as distâncias, pois estamos cada vez mais conectados (as) e temos acesso a todo tipo de informação, a quantidade de informação disseminada é enorme, nesse contexto torna-se essencial filtrar essas informações.

Diante desse cenário o impacto das tecnologias de informação e comunicação (TICs) já é uma realidade em todas as áreas da vida social, seja no trabalho, no lazer e nas relações sociais. Assim a forma de comunicação entre as pessoas passa a ser, cada vez mais, mediada por meios tecnológicos. O uso dessas tecnologias cria novas possibilidades de interação, novos hábitos sociais, uma nova maneira de socialização tendo em vista a possibilidade de interação através de computadores, smartphones, tablets e outras ferramentas que possibilitam a comunicação. A Informação e o conhecimento tornaram-se variáveis essenciais para o cidadão na sociedade atual, denominada de várias formas, como Era da Comunicação, Era do Virtual ou Sociedade da Informação e do Conhecimento. (MORIGI; PAVAN, 2016).

Castro Filho e Vergueiro (2007, p.3) definem tecnologia da informação como “[...] o conjunto de técnicas, equipamentos e processos necessários ao tratamento e processamento da informação”. De acordo com Castells (1999, p. 57), “as novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade. A comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais”. Esta tecnologia possibilita uma maior interação e disseminação da informação.

É importante salientar que vivemos na Sociedade da Informação e do conhecimento de acordo com Arraes et al (2007, p.7):

O século XXI tem a promessa de ser o século das tecnologias, o século em que a maneira de ver, sentir, assimilar os processos informacionais será marcada pela presença de conscientes coletivos inteligentes. A Internet tem contribuído na construção da maneira de ver e de processar a gama informacional, fazendo com que a informação em tempo real ganhe espaço não só na rede, mas também em outros meios de informação e comunicação.

O uso da internet é de grande importância na disseminação da informação. A utilização das TICs agrega valor as organizações de modo geral. Silva (2014) salienta que os recursos tecnológicos são cada vez mais necessários para organizações de pequeno ou grande porte e que estes recursos permitem que estas organizações se tornem mais eficientes e eficazes, isto gera o bom desenvolvimento de seus produtos e/ou serviços. As TICs também permitiram a ampliação do campo de atuação das Organizações possibilitando, desse modo, a atuação em uma gama diferente de lugares, podendo atender uma ampla quantidade de clientes.

As TICs proporcionam muitos benefícios sobretudo na comunicação “[...] as novas tecnologias da informação estão integrando o mundo em redes globais de instrumentalidade. A comunicação mediada por computadores gera uma gama enorme de comunidades virtuais” (CASTELLS, 1999, p. 57).

Um novo padrão de sociabilidade foi proposto com o uso da tecnologia, este padrão é baseado no individualismo em rede. O termo individualismo, nesse caso, não é no sentido de indivíduos isolados. Uma vez que, as pessoas montam as suas redes de acordo com valores, interesses, afinidades e projetos em comum (CASTELLS, 2003). “As redes on-line, quando se estabilizam em sua prática, podem formar comunidades, comunidades virtuais, diferentes das físicas, mas não necessariamente menos intensas ou menos eficazes na criação de laços e na mobilização” (CASTELLS, 2003, p. 109).

A revolução tecnológica centrada nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a partir do século XX gera um grande impacto nas relações sociais, repercutindo na forma de relacionamento entre as pessoas, isso possibilitou a construção de novos espaços, alterando dessa forma o estilo de vida das pessoas. Nesse contexto surgem as redes sociais que possibilitam a integração com várias pessoas, o compartilhamento de informação de maneira prática e dinâmica (MARTELETO, 2010).

3.2.1 Redes Sociais

Nos dias atuais, indiscutivelmente temos acesso a uma enorme quantidade de informação, os meios para a disseminação da informação também são diversos. As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) contribuem para o acesso a informação de forma imediata tendo em vista, que além dos meios tradicionais (TV, rádio, jornal, comunicações via satélite, internet), temos as mídias sociais como sites ou aplicativos onde há a interação entre os/as usuários/as, um exemplo dessas mídias são os blogs, microblogs (Twitter), redes sociais (Facebook), fóruns, dentre outros.

Conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2001, 12,6% dos domicílios possuíam microcomputadores em casa, sendo que 8,5% possuíam acesso à internet (IBGE, 2013). Em 2009, o número de residências com microcomputadores era de 35,1%, e 27,7% possuíam acesso à internet, portanto, houve um aumento de 30,68% no número de domicílios com internet em um prazo de oito anos. Em números absolutos, a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios 2012 mostra que 83 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade acessaram a internet nos três meses anteriores à pesquisa, o que corresponde a 49,2% dessa população. Em 2005, esse índice era de 20,9% (31,9 milhões) (IBGE, 2013). Aliado ao crescimento de usuários (as) constata-se um aumento no número de páginas e documentos disponibilizados na *web*, esse acréscimo também se deve à facilidade de realizar *uploads*, seja através de uma rede social, programas de compartilhamento de arquivos ou *blogs* (MOREIRA; PINHEIRO, 2015).

Faz-se necessário definir o que são redes antes de abordar o conceito de Redes Sociais. O termo rede tem origem etimológica no vocábulo latim *rete* e assume, atualmente, vários significados. Desse modo pode significar uma espécie de malha formada por um entrelaçado de fios, cordas, arames ou outro material; artefato para fins de apresamento ou retenção do animal desejado; tecido de malha metálica usado para formar vedações. A outra forma do que pode significar é o conjunto de pessoas, estabelecimentos ou organizações que trabalham

comunicando entre si (FERREIRA, 2011). Nesse sentido Costa et al (2003, p. 73) atestam que a rede “é uma forma de organização caracterizada fundamentalmente pela sua horizontalidade, isto é, pelo modo de inter-relacionar os elementos sem hierarquia”.

Define-se as redes sociais (*online* ou não) como conexões formadas por pessoas que estão de alguma forma ligadas entre si, onde cada uma é um potencial formador e usuário de informações. Através dessas conexões, é possível compartilhar informações e estas podem gerar valores para si mesmos ou para outros que não fazem parte da rede. Visto que pessoas, instituições, organizações ou grupos que não fazem parte de forma ativa da rede podem ter interesse no conteúdo que está sendo compartilhado ou discutido em uma rede social (MENEZES; PRESSER, 2016).

Na Ciência da Informação, em um sentido mais amplo de informação, não é relacionada somente às estruturas cognitivas, mas também à motivação ou intencionalidade (SARACEVIC; KANTOR, 1997), devido a isto é relacionada ao contexto social. Assim as redes sociais se caracterizam em um arcabouço essencial para apoiar uma reflexão sobre como se caracteriza o comportamento informacional de um (a) usuário (a) no acesso e uso da informação em diferentes ambientes digitais. Nesse sentido, a comunicação digital promove a criação de uma arquitetura informativa e interativa. O processo informacional nas mídias altera a forma da transmissão passiva de informações. Fazendo com que a informação seja disseminada por várias pessoas ao mesmo tempo (MENEZES; PRESSER, 2016).

Ainda sobre Redes Sociais Silva e Ferreira (2007) consideram que “rede social é um conjunto de pessoas (ou empresas ou qualquer outra entidade socialmente criada) interligadas por um conjunto de relações sociais tais como amizade, relações de trabalho, trocas comerciais ou de informações”.

É importante salientar a possibilidade de relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os (as) participantes das Redes Sociais e o compartilhamento das informações, que contribuem para conhecer pessoas, compartilhar ideias e experiências.

Na concepção de Fontes e Stelzig (2004), subjacente ao conceito de redes sociais está a compreensão dos processos interativos e de um método de análise, mas a importância maior é atribuída ao entendimento da estrutura social, que ocorre por meio dos estudos das interações e dos fenômenos que a permeiam. A introdução de um ator na rede e a posição que ocupa na estrutura analisada, permitem o estudo das interconexões organizacionais, o que possibilita a análise de fenômenos complexos como as relações de poder, o fluxo de informação e a distribuição de recursos (MARTELETO; TOMAÉL, 2013).

Os dados de dois modos são comuns em redes sociais, estes dados têm início com dois conjuntos, um de entidades sociais e outro de atores sociais, são definidos pela participação dos atores sociais em pelo menos uma das entidades. (MARTELETO; TOMAÉL, 2013).

Nesse sentido, as redes de dois modos proporcionam ao (a) pesquisador (a) verificar a forma com que atores e entidades estão relacionados assim como constatar que as entidades criam ligações entre os atores assim como os atores criam ligações entre as entidades. O que está consolidado é a asserção de que uma pessoa participa de várias redes sociais ao mesmo tempo nas quais seus círculos sociais se cruzam, e nessas redes representa papéis diferentes seja na família, no trabalho, com amigos, na escola etc. As redes sociais são, na definição de Marteleto e Tomaél (2013) portanto, fundamentais para a sociedade se manter coesa, à medida que aproximam elementos dispersos e transpõem ordens estabelecidas, como as geográficas e as hierárquicas.

Os (as) pesquisadores (as) de diversos campos do conhecimento têm interesse na análise de redes sociais com o intuito de compreenderem o seu impacto sobre a vida social. As redes são sistemas compostos por “nós” e conexões entre eles que, nas ciências sociais, são representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) conectados por algum tipo de relação (MARTELETO; SILVA, 2004).

Os (as) autores (as) ainda afirmam que o acesso à informação, sobretudo aquela existente fora do grupo, e sua importância para o desenvolvimento, seja das comunidades, seja das empresas, é o principal elemento a ser investigado. Da mesma maneira, as ações políticas não podem ignorar as informações que os próprios grupos elaboram a partir de seus universos locais de vivência, interação e trabalho (MARTELETO; SILVA, 2004).

A Ciência da Informação tem ampliado seu foco nos estudos de usuários (as) da informação com foco em comunidades virtuais, procurando entender como ocorre a busca e o uso da informação nestes ambientes. As tecnologias também são objeto de estudo dessa área interdisciplinar, visto que evoluem, multiplicam-se rapidamente e estão cada vez mais sofisticadas, colaborando no avanço dos estudos sobre comportamento informacional e proporcionando ao usuário (a) um acesso maior a fontes e canais de informação (BARTALO et al, 2016).

As pesquisas na temática do comportamento informacional (WILSON 1981, 1997, 2000; CHOO 2011), entre outros, apresentam o processo que ocorre desde a identificação de uma necessidade informacional até a utilização da informação, que contribui para o desenvolvimento intelectual e suporte informacional destinado a formar um repertório particular (BARTALO et al, 2016). De acordo com Castells (2013) a sociedade em rede surge

após o aceleramento das transformações tecnológicas da comunicação. Tal paradigma social se caracteriza pelo alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão em constante mudança.

3.2.2 Redes sociais e gênero

É necessário definir gênero, uma vez que o presente estudo aborda informações sobre a violência contra as mulheres nas redes sociais. Os estudos de gênero visam explicar que as desigualdades entre mulheres e homens, não estão apenas ligadas às diferenças biológicas, mas diz respeito às diferenças culturais construídas historicamente (SILVA, 2013).

Na década de 1980 o conceito de gênero foi desenvolvido pela teoria feminista e em (1995) foi rediscutido por Scott. Gênero é definido por Scott (1989, p. 21) como “[...] um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, [...] e uma forma primeira de significar as relações de poder”.

A categoria gênero pode servir de parâmetro para analisar as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais entre homens e mulheres a que se deve a discriminação histórica contra as mulheres (TELES, MELO; 2003).

De acordo com Louro (1998), ao enfatizar o aspecto social em gênero não nega a biologia, mas enfatiza a importância da construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. Ainda segundo a autora (1998, p. 22), "as justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação".

A relação entre os gêneros permeia as interações sociais e as TICs são uma importante ferramenta para o acesso a dados e informações para as mulheres inclusive para disseminar a informação para outras mulheres (MACIEL, 2015).

As novas TICs provocaram mudanças no contexto da organização social, tendo em vista que o acesso a essas tecnologias pelas mulheres promove, transformação social e desenvolvimento de processos, técnicas e canais de comunicação, uma vez que podem reforçar a atuação destas mulheres como sujeitos políticos e comunicacionais (MACIEL, 2015).

A Internet se transformou em um importante espaço para busca de fontes de informação, o desenvolvimento da *Web 2.0*, possibilitou a formação de recursos de interação e

compartilhamento de conteúdo entre usuários (as) e produtores (as), e ainda surgiram os canais de comunicação que podem ser utilizados como fonte de informação (SANTOS et al, 2016).

As diferenças de gênero quanto ao acesso às TICs se devem por sua vez ao uso do tempo que podem resultar de normas enraizadas pela sociedade de distribuição de responsabilidade pelos cuidados e trabalhos de casa (DEDDECA, 2008).

Segundo Maciel (2015) a desigualdade do uso das TICs pelas mulheres não é apenas uma questão de tecnofobia (medo da tecnologia moderna), mas também uma questão política.

A divisão digital de gêneros existe apenas como um reflexo direto da existência de desigualdades relacionadas ao sexo e as ações políticas deveriam usar as habilidades comunicativas, naturais das mulheres e as suas facilidades com a mídia e suas capacidades em abraçar as novas oportunidades digitais para superar as desigualdades de gênero existentes desde longa data (HILBERT, 2011).

A eficácia dos movimentos sociais depende de sua repercussão e apoio no âmbito da esfera pública. Nesse sentido, várias teorias das ciências sociais discutem o efeito dos meios de comunicação na formação da opinião pública, sobretudo, o papel destes meios na construção de uma opinião dominante. Contudo, é necessário revisitar tais diagnósticos e teorias diante das novas situações tecnológicas, sociais, culturais e políticas dos meios de comunicação e suas audiências na chamada sociedade em rede (ALMEIDA; TERRA; SANTINI, 2016).

Nas últimas décadas, o termo “movimento social” vem sendo utilizado para definir diversas manifestações sociais e culturais. Na era das redes sociais na internet, é interessante compreender uma ação online coletiva. Visto que as redes sociais online são um importante espaço de disputa de fala na sociedade atual e a pluralização de narrativas é um poderoso instrumento de transformação (ALMEIDA; TERRA; SANTINI, 2016).

Nesse sentido, no que se refere à violência contra as mulheres, temática estudada no presente trabalho, ao ser feita uma denúncia de violência contra a mulher, o crime deixa de ser invisível e se torna público, essa ação, em geral, produz empatia de outras mulheres que sofreram ou daquelas que se identificam com a vítima de violência (ALMEIDA; TERRA; SANTINI, 2016).

Atualmente, devido o avanço tecnológico e o uso das TICs, o Feminismo ganhou uma nova vertente que é o Feminismo 2.0, trata-se de uma nova geração de feministas que utilizam a internet como plataforma de luta, provoca novos debates nas redes sociais e ganha espaço a cada dia. Seria, portanto, um dos efeitos das transformações vividas nesta sociedade em rede, dando espaço a questão específica da inserção social das mulheres (ALMEIDA; TERRA; SANTINI, 2016).

As autoras Almeida; Terra; Santini (2016) afirmam ainda que, os movimentos sociais nas redes são ferramentas importantes na disseminação da informação, as redes sociais são plataformas que representam um importante espaço de disputa discursiva para as novas gerações. Apresentam a possibilidade de pluralização das narrativas, assim é um poderoso instrumento de transformação feminista. Desse modo as novas mídias apresentam desafios para a renovação da luta social e do ativismo, que precisam criar soluções para ampliar os espaços de visibilidade e discussão sobre a violência contra as mulheres, escapando assim do silenciamento das opiniões dominantes típico dos meios de comunicação de massa tradicionais no Brasil.

3.2.3 Facebook

O Facebook é uma das redes sociais mais utilizadas nos dias atuais, por meio dessa ferramenta é possível compartilhar informações e conhecimentos, esta plataforma permite aos/as seus/as usuários/as participar em grupos e interagir através de discussão e jogos, ainda apresenta uma série de recursos como calendários de eventos e aplicativos.

Pode-se definir o Facebook como um *website*, no qual interliga páginas de perfil dos/as seus/uas utilizadores/as. Nestas páginas os usuários/as da rede publicam diversas informações e também se conectam a outros/as usuários/as. Permite ainda aos usuários/as publicar informação pessoal em uma página individual com o seu perfil e ligar-se a outros/as usuários/as onde é possível criar listas de amigos/as, e interagir com outros/as usuários/as. (TUFEKCI, 2008 apud CORREIA et al 2014).

O Facebook foi criado pelos estudantes de computação da universidade de Harvard — Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Dustin Moskovitz e Chris Hughes. No entanto, a sua origem está associada ao Face Facemash, um *website* colocado *online* a 28 de outubro de 2003 por Mark Zuckerberg (TEIXEIRA, 2012).

O site ganhou popularidade e, conseguiu congestionar os servidores de Harvard. Zuckerberg foi convidado pelos irmãos Winklevoss para implementar um site de relacionamentos ao estilo MySpace, entretanto, com o diferencial que apenas poucos seriam convidados. O sucesso do Facebook se estendeu em outras universidades americanas como Stanford, Columbia e Yale. No ano de 2004, o acesso ao site era reservado apenas para estudantes das universidades selecionadas. Em 2005 abriu para o High-School (equivalente ao ensino médio no Brasil), contudo, só poderia ter acesso através de convites. Em 26 de setembro

de 2006, ele foi aberto para todo mundo que tivesse mais de 13 anos de idade (SCARANO,2011).

O Facebook oferece aos seus usuários (as), diversas maneiras de interação social de modo simples é possível cumprimentar um (a) amigo (a), enviar mensagens, ou indicar aprovação a um comentário ou imagem através do botão curtir. É também possível comprar ou vender itens no *Market place* e encontrar entretenimento na página de jogos. (CORREIA,2014).

Alguns órgãos e instituições públicas vêm utilizando os espaços que a Internet oferece, como as redes sociais, para mostrar os trabalhos realizados e buscar uma aproximação com a população visando disseminar informações e serviços que possam ser úteis no seu dia a dia, constituindo um promissor, mas ainda não eficazmente explorado, canal de comunicação (MOREIRA; PINHEIRO, 2015)

Essa comunicação pode auxiliar na tomada de decisões, inclusive na elaboração de políticas públicas para guiar gestores (as), de modo que as atitudes sigam a estratégia adotada pelo governo, a fim de alcançar os objetivos propostos. Dentro das políticas públicas, está a Política de Informação, que segundo Braman (2011), é aquela, que “abrange leis, regulações e posições doutrinárias – e outras tomadas de decisões e práticas com efeitos constitutivos que afetam toda a sociedade – envolvendo criação de informação, processos, fluxos, acessos e usos” (BRAMAN, 2011, p.3).

Nesse sentido, as redes sociais são ferramentas importantes para a disseminação da informação, e colaboram para a disseminação de informação a respeito dos direitos das mulheres, a exemplo da descrição das informações disseminadas pela Secretaria de Estado da Mulher e Diversidade Humana, sobre violência contra as mulheres, objeto de estudo do trabalho em questão.

4 METODOLOGIA

Este capítulo compreende os procedimentos metodológicos utilizados para o alcance dos objetivos propostos no presente trabalho. Neste sentido, entende-se que a metodologia é um processo norteador, desse modo, o (a) pesquisador (a) poderá escolher um caminho a ser percorrido, de forma que este (a) se envolva com a pesquisa, utilizando-se de etapas ordenadas a serem executadas visando atingir os objetivos pretendidos (SILVA; MENEZES, 2001).

A área de atuação Ciências Sociais dispõe de uma gama de fenômenos, cuja as características são complexas, a abordagem que disponibiliza recursos para a análise de tal pesquisa é a qualitativa que Martins e Theóphilo (2009, p.61) define como “avaliação caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação dos fatos e fenômenos.”

A pesquisa é de natureza qualitativa, este tipo de pesquisa não tem como foco a representatividade numérica, mas sim o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os (as) pesquisadores (as) que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, visto que, as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria (CÓRDOVA, 2009).

A pesquisa foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e documental e apresenta enfoque descritivo. A pesquisa descritiva tem o objetivo de observar, registrar e analisar os fenômenos, busca-se perceber a frequência com que o fenômeno acontece (GIL, 2002).

Silva e Menezes (2000, p.21) enunciam que:

A pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento.

Utilizou-se a Netnografia como aporte metodológico pelo fato de se tratar de estudo em ambiente virtual. A Netnografia também conhecida como Etnografia virtual ou webnografia, trata-se de uma abordagem metodológica que visa o entendimento de valores e símbolos que norteiam as diversas subculturas do ambiente tecnológico na internet (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

O avanço tecnológico e o uso das TICs permitiram às pessoas se relacionarem em um ambiente virtual, assim questões como: quem, como, onde, porquê e o que, passaram a exigir novas formas de estudo com o intuito de compreender contextos e responder aos

questionamentos e dúvidas que esta nova dinâmica social impôs. Nesta conjuntura, a netnografia surgiu com o objetivo de tornar possível o estudo de diversos contextos sociais virtuais, buscando analisar a formação de grupos de consumo e do surgimento de vínculos emocionais, assim como visa também compreender a formação de comunidades, costumes e socialização (GEBERA, 2008).

Na etnografia os (as) pesquisadores (as) vão a campo para aprender sobre uma cultura no ambiente virtual, observando o que as pessoas pensam, fazem e dizem, analisando o conhecimento que compartilham entre si. (TAVARES, 2014 apud SCHWARTZMAN, 1993). A etnografia pode ser definida como um tipo de método útil para a compreensão do ser humano no seu contexto sociocultural. (OLIVEIRA, 2010, p. 73).

Diante desse cenário, o presente trabalho visa descrever o mapeamento da informação disseminada a respeito da violência contra as mulheres na fanpage da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana,⁸ no período de janeiro a outubro de 2015.

5 CAMPO DA PESQUISA: SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA

5.1 Histórico

As lutas das mulheres organizadas trouxeram para a sociedade e para o poder público a demanda por políticas públicas visando promover a equidade de gênero e o enfrentamento ao preconceito e violência contra as mulheres. A criação de Secretarias da Mulher em âmbito federal, estadual e municipal configurou-se como uma das reivindicações, visando a equidade e a transversalidade de gênero no âmbito da gestão. Em âmbito nacional, foi criada em 2003 a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

No estado da Paraíba, em 2011, foi criada pelo governo estadual a Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana, visando orientar, apoiar, coordenar, acompanhar e executar políticas públicas para mulheres, população negra, comunidades tradicionais e população LGBT.⁹ O órgão conta com a Gerência de Equidade de Gênero, Gerência de Direitos Sexuais e LGBT e a

⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/SemdhPB/>>

⁹ A SPM foi criada no governo do ex presidente Luís Inácio Lula da Silva e no estado da Paraíba na gestão do governador Ricardo Coutinho.

Gerência de Equidade Racial. Aporta o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM) e o Conselho Estadual da Promoção da Igualdade Racial (CEPIR).¹⁰ . (SEMDH, 2016).

5.2 Fanpage da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana

Conforme Campello et al (2003) as organizações configuram-se como importante fonte de informação. O acesso às informações de uma organização pode acontecer por meio dos sujeitos a ela ligados ou dos documentos que ela produz.

A Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) configura-se como unidade informacional, esta utiliza-se de diversas fontes de informação. De acordo com Vergueiro (2003, p. 111):

[...] os órgãos públicos em geral, no exercício de suas atividades, são responsáveis pela publicação de um variado número de documentos, que objetivam tanto orientar o público na utilização dos serviços, como prestar contas à sociedade sobre as atividades que desenvolvem. Nesse sentido, desempenham importante papel na constituição de sociedades democráticas.

De acordo com Silva (2015) são consideradas fontes de informação quaisquer recursos informacionais, isto é, tudo o que gera ou difunde a informação, são exemplos de fontes de informação pessoas, fotografias, livros, periódicos, internet, etc. Dessa maneira, fontes de informação podem-se caracterizar-se como recursos que respondem à necessidade de informação de um/a usuário/a.

Vital (2006) enuncia que:

As fontes e os canais informacionais podem ser categorizados em dois tipos: formais e informais. Fontes formais são aquelas obtidas através de publicações, livros, periódicos, teses, patentes, entre outras. Fontes informais são conversas, seminários, contatos telefônicos, fornecedores, folders, entre outras. O que difere uma da outra basicamente é o suporte e o nível de processamento ao qual a informação foi submetida. Informação disponibilizada de forma organizada e estruturada é considerada formal. (VITAL, 2006, p. 72)

A Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) apresenta uma variedade de formatos para divulgar as ações desenvolvidas. No tocante as fontes informacionais na fanpage localizamos campanhas, cartilhas, seminários e folders.

¹⁰ Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/mulher-e-da-diversidade-humana/secretario/>> Acesso em : 26 de Outubro de 2016.

A página foi criada em 2011, um total de 5.113 pessoas curtiram a mesma até o período da pesquisa. A fanpage é atualizada e dissemina informações diversificadas, possui fotos, vídeos, eventos, oficinas e campanhas delineadas pela SEMDH. Aborda informações sobre o racismo, projetos culturais como o projeto De repente que reúne poetisas em comemoração ao mês de março. Traz ainda ações educativas e campanhas, como a do carnaval visando enfrentar o assédio contra as mulheres, além disso, a página divulga também o incentivo as empresas de pequeno e médio porte para participar do programa do Governo Federal que busca equidade entre os gêneros.

Tendo em vista que a presente pesquisa objetiva descrever as informações referentes a violência contra as mulheres disseminadas na fanpage do Facebook da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), serão apresentadas as informações disseminadas atinentes a temática.

Conforme Campello et al (2003) as organizações configuram-se como importante fonte de informação. O acesso às informações de uma organização pode acontecer por meio dos sujeitos a ela ligados ou dos documentos que ela gera. A autora enuncia que algumas organizações, por sua natureza, possuem na divulgação de informações sua própria razão de ser. É o caso de muitas organizações não lucrativas que produzem uma diversidade de documentos que podem ser facilmente obtidos, muitas vezes gratuitamente, a exemplo dos documentos da SEMDH.

O acesso à informação gera um impacto na sociedade como um todo, pois, produz conhecimento, empoderamento, mudança de consciência. Desta forma, considera-se essencial estudar, no âmbito da Ciência da Informação, as informações produzidas e disseminadas por organismos de políticas para as mulheres, a exemplo da fanpage da SEMDH.

A página oficial do facebook (fanpage) da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana possui mais de 5000 mil seguidores (as), destaca-se também a ótima avaliação da página, como pode-se observar na imagem a seguir:

Imagem 1- Fanpage da SEMDH no Facebook



Fonte: <<https://www.facebook.com/SemdhPB/app/137541772984354/>>. Acesso em: 25 Out. 2016.

A fanpage disponibiliza vídeos com conteúdo informacional visando o enfrentamento à violência e as desigualdades de gênero, como pode-se visualizar na Imagem 2.

Imagem 2- Vídeos disponibilizados na Fanpage da SEMDH no facebook

The image shows a screenshot of the Facebook page for SEMDH Gov Pb. The page header includes the name 'Semdh Gov Pb' and a search bar. The main content area displays a grid of video thumbnails. The thumbnails include:

- Em seguida, a secretária da Mulher e da Diversidade...** (0:46, 29 curtidas - 355 visualizações)
- A secretária da Mulher e Diversidade Humana...** (1:18, 21 curtidas - 582 visualizações)
- A ciranda puxada pela Vó Mera está linda! Corre...** (0:16, 17 curtidas - 107 visualizações)
- Se arrume ai que hoje, às 20h no Espaço Cultural...** (0:15, 6 curtidas - 82 visualizações)
- que Se liga só no som** (0:15)
- O Governo do Estado** (2:12)
- Homofobia Não** (4:04)

The page also features a sidebar with navigation options like 'Página inicial', 'Sobre', 'Fotos', and 'Avaliações'.

Fonte: <<https://www.facebook.com/SemdhPB/app/137541772984354/>>. Acesso em: 25 Out. 2016.

Na fanpage é possível o acesso a eventos que serão realizados, sendo, portanto, uma ótima ferramenta de divulgação de ações que visam o empoderamento das mulheres.

Imagem 3 - Agenda com realização de eventos disponibilizados na Fanpage da SEMDH

The screenshot shows the Facebook page for 'Semdh Gov Pb' (@SemdhPB). The 'Eventos' section is active, displaying a list of past events. The page indicates that there are no upcoming events.

Evento	Data	Local
Não é Não! Intervenção urbana contra cultura do estupro	Qua 14:00 UTC-03 - por Semdh Gov Pb	Praça Antenor Navarro João Pessoa
Lançamento de Vídeos - "Violência contra a Mulher: O q...	Ter 17:00 UTC-03 - Ismaelly Trajanno compareceu	Fundação Casa de José Am... João Pessoa
Canto das Mulheres - Show com Lia de Itamaracá com A...	Dom 20:00 UTC-03 - por Semdh Gov Pb	Espaço Cultural De João Pe... João Pessoa
Show Projeto Music From Paraíba - Edição Mulheres -...	Sáb 19:00 UTC-03 - por Semdh Gov Pb	Cine São José Campina Grande
Canto Negro: Escurinho + Mamma Jazz	Sex 19:00 UTC-03 - por Semdh Gov Pb	Espaço Cultural De João Pe... João Pessoa

Fonte: <<https://www.facebook.com/SemdhPB/app/137541772984354/>>. Acesso em: 26 Out. 2016.

Informações referentes a campanhas de enfrentamento à violência contra as mulheres posts e notas de apoio às mulheres vítimas de violência foram disseminadas na fanpage no ano de 2015.

Imagem 4 –Notas em apoio as mulheres vítimas de violência disponibilizados na Fanpage da SEMDH



Fonte: <<https://www.facebook.com/SemdhPB/app/137541772984354/>>. Acesso em: 26 Out. 2016.

A violência contra as mulheres é uma grave violação dos direitos humanos, afeta mulheres de variadas classes sociais, graus de escolaridade, idades, credos, independente do desenvolvimento econômico, político ou cultural de determinada sociedade, sendo estabelecida uma variação, ou seja, um aumento nos níveis de violência nas sociedades onde prevalecem a cultura do machismo (BLAY, 2003). Nesse sentido, a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH) delinea campanhas buscando desconstruir padrões hegemônicos de gênero que naturalizam, banalizam e consideram que a violência contra as mulheres constitui um problema privado.

Imagem 5 – Campanhas promovidas pela Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana



Fonte: <https://www.facebook.com/SemdhPB/app/137541772984354/>. Acesso em: 18 Out. 2016.

No mês de janeiro, foi publicado na Fanpage da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana um post sobre o Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes (CRMFL), localizado em Campina Grande. O Centro de Referência é articulado a Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, e atende mulheres de dezessete cidades da região da Borborema dentro da política de assistência e prevenção à violência contra as mulheres. O conteúdo divulga que, em 2014, o CRMFL atendeu 303 mulheres. Este post na fanpage da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana teve trinta curtidas e vários comentários. Segue no quadro abaixo os Centros de Referência da Mulher existentes no Estado da Paraíba.

Quadro 1 : Centros de Referência da Mulher na Paraíba

Endereços	Telefones
Centro de Referência de Atendimento à Mulher (Cram) Suzane Alves da Silva – Cajazeiras	(83) 3531- 1487
Centro de Referência da Mulher (CRM) Ednalva Bezerra – João Pessoa	(83) 3221-4273
Centro de Referência de Atenção à Mulher (Cram) – Santa Luzia	(83) 3461-1489
O Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes - Campina Grande	(83) 3342-9129
Centro de Referência Municipal da Mulher de Campina Grande	(83) 3342-9129
Centro de Referência da Mulher de Patos	sepmulheres@patos.pb.gov.br ¹¹

Fonte: Governo da Paraíba. Disponível em:< <http://paraiba.pb.gov.br/ricardo-inaugura-centro-de-referencia-da-mulher-fatima-lobes/>>

No dia 06 de março de 2015, a SEMDH lançou, a campanha “Autonomia, essa é nossa decisão – Paraíba: Mulher Forte e de Valor” em comemoração ao dia 8 de Março Dia Internacional da Mulher , divulgando diversificadas ações no mês.

¹¹ Disponível apenas e-mail para contato.

Imagem 6: Camapanha “Autonomia, essa é nossa decisão – Paraíba: Mulher Forte e de Valor”



Fonte: <<https://www.facebook.com/SemdhPB/posts/>> Acesso em: 02. nov.2016

No mês de março, referente ao mês da mulher, observa-se mais postagens com divulgações de eventos. Ressalta-se a informação sobre a Abertura da exposição "Flores não bastam. Contra a violência, direitos", no Tambiá Shopping. Esta exposição integra a programação da semana da mulher, de 8 a 14 desse mês. Uma ação coletiva de afirmação dos direitos das mulheres com a parceria do Governo do Estado da Paraíba, através da SEMDH, PMJP e organizações do movimento de mulheres. Foi amplamente divulgada com cinquenta e quatro curtidas e três compartilhamentos.

Ainda em março, houve no CINESERCLA do Shopping Tambiá uma palestra sobre Violência Contra Mulher. Este post teve dezoito curtidas e três compartilhamentos.

Foi disseminada também a inauguração da brinquedoteca na Delegacia da Mulher de João Pessoa e o anúncio da abertura da segunda Delegacia Especializada para atender mulheres em situação de violência doméstica, na nova Central de Policia.¹² A publicação teve sessenta e duas curtidas, cinco compartilhamentos e um comentário de uma usuária da página do facebook, parabenizando a iniciativa.

¹² O anúncio foi feito pelo secretário de Segurança, Cláudio Lima.

A SEMDH fez oficina sobre Violência Contra Mulher e a Lei Maria da Penha no presídio feminino Maria Júlia Maranhão, em João Pessoa. Nessa publicação houve vinte e três curtidas, dois compartilhamentos e dois comentários das participantes da ação enunciando a gratificação por contribuir para disseminar informações sobre direitos das mulheres. Outro evento publicizado foi o I Encontro da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, marcando o encerramento das atividades da ação “João Pessoa – Espaço Mulher”, promovida pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP), através da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM). O evento aconteceu na Estação Cabo Branco – Ciência, Cultura & Artes. Este post obteve sete curtidas e um compartilhamento.

No mês de maio, na fanpage foi divulgada a informação sobre reunião ocorrida entre a secretária da Mulher e da Diversidade Humana e a equipe da Gerência de Equidade de Gênero com o secretário de Segurança Pública e Defesa Social, a respeito dos procedimentos operacionais que devem ser adotados nos casos de violência doméstica e familiar. Dezoito pessoas curtiram este post e houve dois compartilhamentos.

Em maio, a equipe da gerência de Equidade de Gênero, da SEMDH, participou do I Seminário Internacional Cultura da Violência contra as Mulheres, realizado pelos Institutos Patrícia Galvão e Vladimir Herzog em São Paulo. O evento reafirmou a importância da educação, políticas de prevenção e ações articuladas entre Estado e sociedade civil para enfrentar o fenômeno mundial das violações aos direitos humanos das mulheres. Mais de mil pessoas participaram no auditório do Século Pinheiros. Dezenove pessoas curtiram este post, duas compartilharam e uma fez comentário parabenizando a equipe pela participação no evento.

As atividades do mês de março foram encerradas com a oficina para delegadas (os), escritas e funcionários (as) dos núcleos da Gerência de Medicina e Odontologia Legal (Gemol), realizada no mês de maio no Hotel Netuanah, no Cabo Branco. O objetivo do evento se baseou na divulgação sobre o funcionamento da Rede Estadual de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, bem como no fornecimento de orientações por parte da SEMDH para o abrigo das mulheres com risco de morte. Quatorze pessoas curtiram.

Já no mês de junho localizamos divulgação do evento de Gênero e Saúde da Mulher. Entre as ações da SEMDH estão incluídas apoios para o enfrentamento da violência doméstica e sexual contra a mulheres trabalhadoras do campo, que encontram dificuldades para acesso aos órgãos de atendimento. No dia 10 de junho, a SEMDH levou para a cidade de Pilões, a Unidade Móvel de Atendimento às Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Zona Rural, vítimas de violência doméstica. A unidade configura-se como serviço itinerante que oferece atendimento psicossocial, jurídico, orientação e palestras. Em 2015, a SEMDH orientou 4,200

mulheres em comunidades de 39 municípios da Paraíba. Onze pessoas curtiram e quatro compartilharam. Abaixo seguem as imagens do post informativo sobre o evento e imagens da Unidade Móvel:

Imagem 7: Evento de Gênero e Saúde da Mulher

GÊNERO E SAÚDE DA MULHER

Dia: 10 de Junho de 2015
Local: Em frente ao CRAS de Pilões

MANHÃ (08:30 às 12:00)
- Acolhimento e Atendimento as mulheres; Unidade Móvel de Enfrentamento a Violência a Trabalhadora Rural – SEMDH;

-Visitação das escolas do município a Unidade Móvel - Secretaria de Educação e SEMDH

TARDE (14:00 às 17:00)
- Abertura com o Fórum dos Assentados e Assentadas e o Sedup;

- Palestra sobre Gênero e os Mecanismos de enfrentamento a violência doméstica – SEMDH;

- Palestra sobre Saúde da Mulher - Secretaria de Saúde

- Encerramento do evento.

A programação esta direcionada para o público das mulheres do campo.

Que a atividade sobre "Gênero e Saúde da Mulher", acontecerá em frente ao Centro de Referência da Assistência Social - CRAS da Cidade de Pilões. Esta ação é uma iniciativa pelo Fórum dos assentados/as dos Municípios de Areia, Pilões, Serraria e Remígio e o Sedup, a partir de vários encontros e discussões sobre Gênero e Enfrentamento a violência doméstica e que em parceria com a Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana – SEMDH.

O município de Pilões, junto as secretárias municipais como a de Ação social, de Saúde, de Educação, o conselho Tutelar, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pilões e os Assentamentos dos municípios de Pilões, quais estão nesta caminhada de enfrentamento a violência doméstica, bem como na divulgação dos mecanismos de acolhimento e atendimento, inclusive dos direitos à mulher agricultora.

Durante todo o dia teremos serviços de saúde disponíveis em frente ao CRAS. Paralelamente no período da manhã teremos uma reunião com a Prefeita Adriana e a Secretária da Mulher, Gilberta Soares para formação da coordenadoria da mulher no município.




Fonte: <<https://www.facebook.com/SemdhPB/posts/>> Acesso em: 02. nov.2016

Imagem 8: Unidade Móvel de Atendimento às Mulheres Trabalhadoras do Campo e da Zona Rural¹³



Fonte: <http://paraiba.pb.gov.br/unidade-movel-contra-violencia-na-zona-rural-atendeu-42-mil-mulheres-na-pb/>

Ainda em junho foi anunciada a abertura da segunda unidade da Delegacia da Mulher de João Pessoa, na Central de Polícia, no bairro do Geisel. Trinta e sete pessoas curtiram essa publicação da página e quatorze compartilharam. Segue abaixo um quadro com os municípios

¹³ As unidades móveis foram entregues ao Governo do Estado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), dentro do programa “Mulher, Viver sem Violência”.

que possuem as Delegacias Especializadas de Atendimento as Mulheres (DEAMs) no Estado da Paraíba.

Quadro 2 – Delegacias Especializadas de Atendimento as Mulheres (DEAMs)

Delegacias Especializadas de Atendimento as Mulheres (DEAMs)	
Municípios	TELEFONES
João Pessoa	(83) 3218- 5317
Campina Grande	(83) 3310-9300
Bayeux	(83) 3232-3339
Santa Rita	(83) 3289-8738
Cabedelo	(83) 3228-3707
Guarabira	(83) 3271-2986
Patos	(83) 3423-2237
Cajazeiras	(83) 3531-7022
Souza	(83) 3531-2948

Fonte: Governo do Estado. Disponível em:<<http://paraiba.pb.gov.br/delegacias-da-mulher-na-paraiba-investem-em-atendimento-diferenciado/>>

No mês de junho a SEMDH disseminou Nota de Pesar e Indignação¹⁴ em solidariedade às famílias e amigas/os de Glória da Silva e Caroline Telis, vítimas de brutal violência física, psicológica, sexual e moral em João Pessoa. Nesta publicação houve oitenta curtidas, cento e três compartilhamentos, e três comentários em apoio a nota divulgada. Houve também divulgação da prisão dos responsáveis pelos crimes de sequestro, estupro, homicídio, tentativa de homicídio das duas mulheres e do bebê. Quarenta e seis pessoas curtiram e treze compartilharam.

¹⁴ <https://www.facebook.com/notes/semdh-gov-pb/nota-de-pesar-e-indigna%C3%A7%C3%A3o/800756000022034/>

Em julho, houve a divulgação do evento do Dia das Mulheres Negras da América Latino e do Caribe, com o título “A SEMDH no apoio da Marcha de Mulheres Negras!” Vinte e uma pessoas curtiram e três compartilharam.

Em outubro, a página divulgou um evento com a mobilização, caminhada e debate sobre a violência doméstica em alusão ao assassinato de Maria do Céu, queimada pelo ex-companheiro. Nove curtidas e seis compartilhamentos neste post. Segue abaixo imagem da publicação:

Imagem 9: Debate sobre a violência doméstica



Fonte: <<https://www.facebook.com/SemdhPB/posts/>> Acesso em: 02. nov.2016

Observamos que as informações disseminadas são uma importante ferramenta para a transformação social, tendo em vista que por meio do acesso a informação as pessoas podem mudar a mentalidade e a maneira de ver os fenômenos sociais. A disseminação da temática da violência contra as mulheres gera um impacto para a sociedade, uma vez que o acesso a informação gera o empoderamento, conscientização e mudança de mentalidade por parte das mulheres, assim a informação é um elemento de transformação.

Nesse contexto, a/o profissional da informação, o/a bibliotecário é um importante agente transformador na sociedade, tendo em vista seu papel de organizar, disseminar, mediar a informação em diversos processos sociais, considerando a responsabilidade com o acesso à informação que propicia a inclusão social dos sujeitos, no caso específico, favorecendo a

disseminação e acesso aos conteúdos informacionais disseminados pela SEMDM e a produção de conhecimento.

Com a descrição realizada, observamos a necessidade de um planejamento estratégico visando o aumento da divulgação da informação da SEMDH no tocante à violência contra as mulheres, por meio de curtidas e compartilhamentos na fanpage, tendo como objetivo um maior acesso das mulheres às informações disseminadas na página e as ações e serviços disponíveis na rede de atendimento. Diante disso, é importante reafirmar a necessidade da disseminação da Informação de forma eficiente e eficaz, pois a informação é uma ferramenta importante no enfrentamento a violência contra as mulheres.

5.3 Novela Online Contra a Violência

O Governo do Estado da Paraíba no combate à violência adentrou o ambiente digital com uma campanha lançada em 2013. Foi feita uma novela na rede social facebook, onde uma personagem de nome Maria Lúcia narra a sua história de violência em seu perfil. Apesar de ser em 2013, período não contemplado em nossa pesquisa (2015), descrevemos a novela digital por abordar a Lei Maria da Penha, pelo número de curtidas e de pessoas que acompanharam a mesma e por referências referentes a Novela digital em posts de 2015. O perfil da “personagem” Maria Lúcia mostra publicações de fotos com informações sobre o dia a dia da personagem. Maria Lúcia expõe o ciclo da violência, as brigas os conflitos vivenciados em decorrência do ciúme, e do temperamento controlador de seu namorado.

Esta campanha do Governo Estadual foi inovadora, contribuiu para a disseminação da informação no tocante a violência contra as mulheres. O perfil do facebook de Maria Lúcia contava com 771 amigos, composto por homens e mulheres, tendo fotos e toda a história de violência vivenciada. As postagens feitas por Maria Lúcia eram bem visualizadas e curtidas. O perfil divulga todo o ciclo de violência. As mulheres que sofreram ou sofrem violência encontravam apoio por meio das informações disseminadas, tal fato fica explícito nos inúmeros comentários e discussões inseridos na fanpage. Apesar de não ser objetivo da pesquisa e merecer estudos aprofundados, podemos afirmar que a novela digital foi uma maneira criativa de alcançar maior número de pessoas com o intuito de disseminar informações sobre violência. A informação gera conhecimento, e possibilita modificar o contexto social ao qual a pessoa está inserida, em se tratando de violência contra as mulheres o acesso à informação gera o fortalecimento das mulheres e a promoção da equidade de gênero. Desta forma, reforça-se a importância da Ciência da Informação, assim como da Biblioteconomia abordar a temática e a

atuação de bibliotecários (as) em unidades informacionais não tradicionais, a exemplo dos organismos de políticas para as mulheres.

Segue imagem 10 a campanha:

Imagem 10: Campanha promovida pelo Governo do Estado



VIOLENCIA CONTRA A MULHER
ESSA HISTÓRIA PODE SER OUTRA

#VIOLENCIADEGENERO

O **Governo do Estado** entra em enfrentamento a violência contra a mulher com uma campanha que também adentra no ambiente digital. Para tanto, foi criada uma ação inédita dentro da campanha publicitária “**Violência Contra a Mulher**”, em que uma personagem que sofre violência doméstica conta sua história no seu perfil de facebook.

Convidamos você para participar e ser uma peça muito importante da campanha. Adicione a personagem de nome **Maria Lúcia**, como também interaja nas postagens e compartilhe o conteúdo publicado.

CLIQUE AQUI PARA ADICIONAR.

PROTEÇÃO ÀS MULHERES, O GOVERNO DO ESTADO ASSEGURA ESSE DIREITO.

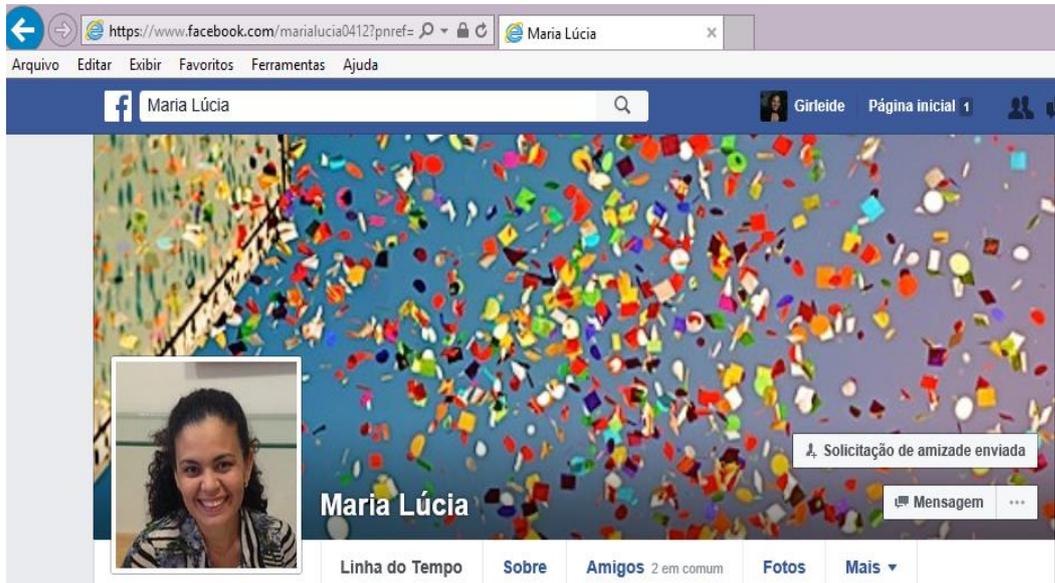
Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana
GOVERNO DA PARAÍBA
PRA SUA VIDA FICAR MELHOR, O GOVERNO FAZ DIFERENTE.

Secretaria de Políticas para as Mulheres
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

Fonte: <<https://www.facebook.com/SemdhPB/?fref=nf&pnref=story>>

Segue abaixo perfil de Maria Lúcia no facebook, personagem criada para a campanha do Governo de combate à violência.

Imagem 11: Perfil de Maria Lúcia



Fonte: <\\www.facebook.com/marialucia0412?pnref=story>

As redes sociais são uma importante ferramenta de conexão entre as pessoas no ambiente virtual, por meio das redes sociais é possível de forma rápida disseminar, compartilhar informações e interagir, sendo possível a conexão com uma quantidade infinita de pessoas. Neste aspecto o/a profissional da informação, bibliotecário/a tem um papel de suma importância como mediador/a da informação. No que refere-se ao objeto de estudo da presente pesquisa, o/a profissional da informação é um/a agente mediador/a na prevenção da violência contra as mulheres e na diminuição das desigualdades de gênero podendo colaborar com o planejamento, reflexões sobre estratégias para potencializar a disseminação de informação de unidades informacionais como a SEMDH e conseqüentemente contribuir para o empoderamento das mulheres.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação é fundamental para o desenvolvimento humano, colabora para a mudança de consciência, e contribui diretamente para o desenvolvimento social. No tocante a violência contra as mulheres, o acesso à informação possibilita as mulheres o conhecimento de seus direitos, favorecendo dessa maneira a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual no que se refere as relações de gênero. É importante evidenciar mais estudos referentes a violência contra as mulheres na Ciência da Informação e na Biblioteconomia, tendo em vista a sua função de disseminar a informação, gerar o conhecimento e contribuir para a transformação social. Nesse sentido vale salientar a importância do/a profissional da informação como mediador/a dessa informação, isso implica em responsabilidade social.

A atuação do/ a bibliotecário/ a não se restringe apenas a biblioteca, este/a profissional não é mais tido/a como o guardião/a de livros, mas como o/a disseminador/a da informação, a sua atuação se dá também em ambientes virtuais, como as redes sociais.

No que se refere ao tema violência contra as mulheres o/a profissional bibliotecário/a pode também promover ações dentro da biblioteca com esta temática tão relevante em nossa sociedade, uma vez que conforme observamos na pesquisa os índices de violência contra as mulheres tem crescido a cada dia.

O presente trabalho descreveu as fontes de informação informal na fanpage do facebook da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana, com foco nas postagens referentes a violência contra as mulheres, as ações e campanhas desenvolvidas. Foi possível observar por meio das “curtidas” que as informações são bem acessadas, mas evidencia-se a necessidade de potencializar estratégias na fanpage para aumentar o conhecimento sobre a mesma, o número de curtidas e em especial compartilhamentos. Entendemos que a disponibilização dessas informações na página do facebook possibilita disseminar as informações para uma grande quantidade de pessoas de forma ágil. Entendemos, portanto, que as redes sociais são um importante veículo de comunicação. A fanpage da Secretaria do Estado da Mulher e Diversidade Humana disponibiliza a informação de diversas maneiras através das postagens (publicações) na linha do tempo (na página), através de vídeos com entrevistas sobre o tema em questão, fotos de campanhas, divulgação de eventos e inclusive com uma “novela” digital sobre o tema.

Por fim é essencial destacar que pesquisas com este tema de violência contra as mulheres na Ciência da Informação e na Biblioteconomia possibilitam chamar a atenção para

que esta temática seja mais explorada nesta área, disseminando informações, contribuindo assim para o enfrentamento à violência contra as mulheres, e com a mudança de mentalidade. Esta ação repercute em toda a sociedade com conscientização e transformação social.

Verificou-se preocupação da SEMDH em divulgar o trabalho desenvolvido e as ações de enfrentamento a violência contra as mulheres e as ressonâncias nas mulheres, tendo como base o número de curtidas e comentários na página. Ressalta-se assim a importância de um aprofundamento deste tema e os limites da pesquisa realizada. Outros estudos quantitativos e qualitativos são necessários para maior conhecimento desta grave violação dos direitos humanos.

Espera-se que este trabalho possa contribuir e incentivar mais pesquisas referente a este tema, para a promoção da equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. R. D.; TERRA, C.; SANTINI, R. M. Feminismo 2.0: a mobilização das mulheres no Brasil contra o assédio sexual através das mídias sociais (#primeiroassedio). **Revista P2P e INOVAÇÃO**, v. 3, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/20954>>. Acesso em: 20 out. 2016.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, J. P. (Org.) **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2007. p. 33-45.

_____. Profissional bibliotecário: um pacto com o excludente. In: BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. P. M. (Org.) **Profissional da informação: o espaço de trabalho**. Brasília: Thesaurus, 2004. p. 70-86.

_____. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

ALVES, A. C. F.; ALVES, Ana Karina da Silva. As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres. In: IV Seminário CETROS, 2013, Fortaleza. IV Seminário CETROS- anais, 2013. Disponível em: <http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-1722508072013-161937.pdf> Acesso em: 03 de abril de 2016.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

AMORIM, Aparecida. **Relações de gênero e poder: a vivência de mulheres e homens sob o impacto da migração internacional**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/123377>> Acesso em: 22 de abril de 2016

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Estudos de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos**. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, v. 9, 2008. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/ARAUJO%20Enancib%202008.pdf> Acesso em 20 de outubro de 2016.

ARAÚJO, C. A. Á. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, v. 19, p. 1-30, 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958>> Acesso em: 09/09/2016.

ARAÚJO, C. A. V. Fundamentos da ciência da informação: correntes teóricas e o conceito de informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n. 1, p. 57-79, 2014. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/15117>>. Acesso em: 19 out. 2016.

ARAÚJO, Carlos Alberto A. A ciência da informação como ciência social. **Ciência da informação, Brasília**, v. 32, n. 3, p. 21-27, 2003.

ARAUJO, V.M.R.H. de. Informação: instrumento de dominação e de submissão. **Ci.Inf.**, v. 20, n. 1, p. 37-44, jan. /jun. 1991.

ARRARES, Bruno Henrique Rodrigues et al. Tecnologias da Informação e Comunicação Como Recurso Interativo na Perspectiva da Ciência da Informação. **Revista Eletrônica Informação e Cognição (Cessada)**, v. 6, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/reic/article/viewFile/744/646>> Acesso em: 11 de setembro de 2011.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estud. av.**, São Paulo, v.17, n.49, p.87-98, Dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142003000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 05 nov. 2016.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, Agosto. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 de maio 2016.

BANDEIRA, Lourdes. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Soc. estado.** Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, agosto. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922009000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 maio 2016.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, Agosto. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922014000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 de maio 2016.

BARBOSA, Cândido; FERREIRA, Anadilza Maria Paiva; OLIVEIRA, Tatyane Guimarães (Orgs.). **Mulheres em Situação de Violência: olhares feministas sobre a rede de atendimento.** João Pessoa: Ideia, 2015.

BRAMAN, Sandra. Defining information policy. **Journal of Information Policy**, Pennsylvania, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2011.

BORKO, H. **Information science: what is it?** American Documentation, v. 19, n. 1, p. 3-5, Jan. 1968.

CAMPELLO, Bernadete S., CENDÓN, Beatriz V., KREMER, Jeannette M.(org.). **Fontes de Informação para pesquisadores e profissionais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

CARELLI, A. E.; MORAES, M. A interdisciplinaridade na ciência da informação pela perspectiva da análise de citações. **Em Questão: Revista da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS**, v. 22, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/20045>>. Acesso em: 04 set. 2016.

_____. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **O poder da Identidade**. São Paulo. Paz e Terra. Volume 2. 8ª Edição. 2008.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**. Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estud. av.**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, Dec. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em: 01 de setembro de 2016.

CASIQUE CASIQUE, Leticia; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 6, p. 950-956, dec.2006. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010411692006000600018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 de agosto. 2016.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. Perspectivas em ciência da informação, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas**: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras, 2012, 383 f. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>> Acesso em: 02 de maio de 2016.

CASSAB, Latif Antonia; OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues de. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. In III Simpósio Gênero e Políticas Públicas, 2014, Londrina. **Anais eletrônicos...** Londrina: UEL, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf> Acesso em: 26 de março de 2016.

CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes; VERGUEIRO, Waldomiro. As tecnologias da informação e comunicação no espaço educacional: reflexão a partir da preposição dos centros de recurso para elaprendizaje y lainvestigación (CRAIs). **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.5, n.1 , p. 1-12, jul/dez. 2007. Disponível em: ><http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/368/247>>. Acesso em 11 de Setembro de 2016.

CÔRTEZ, G. R.; ALVES, E. C.; SILVA, L. K. B. R. Mediação da informação e violência contra mulheres: disseminando dados quantitativos no centro estadual de referência da mulher Fátima Lopes. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 8, n. 2, p. GT3-1, 2015. Disponível em: <<http://www.brappci.ufpr.br/brappci/v/a/19435>>. Acesso em: 02 out. 2016.

Alcântara. O feminismo brasileiro em tempos de Ditadura Militar. **Labrys** (Edição Française. Online),v.15/16,p.5,2009. Disponível <<http://www.labrys.net.br/labrys15/ditadura/analice.htm>> Acesso em: 01 de maio de 2016.

COSTA, Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Orgs.). **O Feminismo do Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.411p. Disponível em <<http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/feminismovinteanos.pdf>> Acesso em: 23 de março de 2016.

COSTA, Larissa et al. (Coord.). **Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. Brasília: WWF- Brasil, 2003. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/et000023.pdf>> Acesso em: 13 de setembro de 2016.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; MOREIRA, Maria Faia Rafael. **Novas formas de comunicação: história do Facebook-Uma história necessariamente breve**. 2014.

DA SILVA, Terlúcia Maria. **Violência Contra as Mulheres e Interfaces contra o Racismo: o desafio da articulação de gênero e raça**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2013.

DEDDECA, C. S. Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In. COSTA, Albertina de Oliveira; et.al. (Org.). **Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 279-297.

DE PAULA, Ana Paula Paes; TAVARES, Wellington. A netnografia como possibilidade metodológica para estudos no campo da EAD. In: ESUD 2014 – XI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância Florianópolis/SC, 2014. **Anais...** Florianópolis, 2014. Disponível em: <<http://esud2014.nute.ufsc.br/anais-esud2014/files/pdf/126914.pdf>> Acesso em 09 de nov. 2016.

FERNANDES, Luís. Redes sociais online e educação: Contributo do Facebook no Contexto das Comunidades Virtuais de Aprendentes. **Lisboa: Universidade de Nova Lisboa. Acedido em agosto**, v.29, p. 2012, 2011. Disponível em: <http://www.trmef.lfernandes.info/ensaio_TRMEF.pdf>. Acesso em: 26 de setembro de 2016.

FERREIRA, Gonçalo Costa. **Redes Sociais de Informação: uma história e um estudo de caso**. Perspectivas em Ciência da Informação, v.16, n.3, p.208-231, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n3/13.pdf>>. Acesso em: 10 de Setembro de 2016.

FERREIRA, M. M. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 2 p. 189-201, maio/ ago. 2003.

FERREIRA, Laizlla Cristie da Silva. **Violência contra as mulheres e biblioteconomia: conhecendo a visão dos/as estudantes de biblioteconomia**, 2015. 115f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo; FREIRE, Isa Maria. **Introdução à Ciência da Informação**. João Pessoa: Universitária da UFPB, 2009.

FONSECA, E.N. **Introdução a Biblioteconomia**. 2. Ed. Brasília: Brinquet de Lemos, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

GIRARD, Carla Daniella Teixeira; GIRARD, Cristiane Marina Teixeira; PIRES, Erik André de Nazaré; RIBEIRO, Sheyla Gabriela Alves. Redes Sociais: contribuições e perspectivas para serviços em bibliotecas universitárias. **In:** XVI EREBD – N/NE Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da Informação, 2013, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: EREBD, 2013. Comunicação Oral. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Redes%20Sociais%20-%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20e%20perspectivas%20para%20servi%C3%A7os%20em%20bibliotecas%20universit%C3%A1rias.pdf>>. Acesso em: 14 de setembro de 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 09 de nov. 2016.

GEBERA, O. W. T. La netnografía: un método de investigación en Internet. **Revista Iberoamericana de Educación**, n. 47/2, p.1-10, out. 2008.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2012**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv65857.pdf>>. Acesso em: 5 outubro. 2016

JULIANI, Douglas Paulesky et al. Utilização das redes sociais na educação: guia para o uso do Facebook em uma instituição de ensino superior. **RENOTE**, v. 10, n. 3, 2012. Disponível em: [tp://www.seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/36434](http://www.seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/36434)>. Disponível em: 26 de setembro de 2016.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete Santos, CALDEIRA, Paulo da Terra, MACEDO, Vera Amália Amarante (Orgs.). **Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. 414 p. p. 347-366.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da informação**. 2.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MCGARRY, Kevin. **O Contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MACIEL, Ariane Durce. O LUGAR DAS MULHERES: GÊNERO E INCLUSÃO DIGITAL. **P2P & INOVAÇÃO**, v. 2, n. 1, p. 66-85, 2015. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_1270215346_0000017332.pdf> Acesso em: 07 de outubro de 2016.

MACEDO, Goiacira Segurado; MACEDO, Kátia Barbosa. As relações de gênero no contexto organizacional: o discurso de homens e mulheres. **Rev. Psicol., Organ. Trab.** Florianópolis v. 4, n. 1, p. 61-90, jun. 2004.

Disponível em :<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-6572004000100004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 set. 2016.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, jan. / abr. 2001.

MARTELETO, R. M. **Redes sociais, mediação e apropriação de informações**: situando campos, objetos e conceitos na pesquisa em Ciência da Informação. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.3, n.1, p.27-46. 2010. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/26/56>> Acesso em: 13 de Setembro de 2016.

MARTELETO, R. M.; RIBEIRO, L. B. Informação e construção do conhecimento para a cidadania no terceiro setor. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 11, n. 1, p. 01-21, 2001. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/1132>>. Acesso em: 19 Out. 2016.

MARTELETO, R. M. Informação, rede e redes sociais: fundamentos e transversalidades. **Informação & Informação**, v. 12, n. 0, p. 00-00, 2007. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/4821>>. Acesso em: 20 Out. 2016.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. E. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/3041>>. Acesso em: 20 Out. 2016.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MORAES, Maria Oliveira de. **Relação de Gênero e Poder**: estudo comparativo de tipologia da cultura organizacional em duas universidades públicas, 2006. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em ciências da Sociedade) Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2006.

MOREIRA, F. M.; PINHEIRO, M. M. K. Ministério da saúde no facebook: um estudo de caso da política de informação. **Informação & Informação**, v. 20, n. 3, 2015. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/19165>>. Acesso em: 22 Out. 2016.

MORIGI, Valdir José; SOUTO, Luzane Ruscher. Entre o passado e o presente: as visões de biblioteca no mundo contemporâneo Revista ACB, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 189-206, jan. 2006. ISSN 1414-0594. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/432/551>>. Acesso em: 19 out. 2016.

MORIGI, Valdir José; PAVAN, Cleusa. Entre o "tradicional" e o "virtual": o uso das tecnologias de informação e comunicação e as mudanças nas bibliotecas universitárias. Revista ACB, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 54-69, ago. 2005. ISSN 1414-0594. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/391/481>>. Acesso em: 11 set. 2016.

NASCIMENTO, D. M.; MARTELETO, R. M. A Informação Construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu. **DatagramaZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n.5, p. 1-9, 2004.

OLIVEIRA, B. A.; OLIVEIRA, Y. C. F. R. Metodologias utilizadas na educação a distância no Brasil. Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre – UEADSL. **Anais...** Belo Horizonte, 2010.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **DataGramZero**, v. 5, n. 5, p. 00, 2004. Disponível em: <<http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/2048>>. Acesso em: 28 set. 2016.

PASINATO, W.; SANTOS, C.M.. Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil. Campinas, **Pagu/ UNICAMP**, 2008. Disponível em: <[http://www.observatorioseguranca.org/pdf/MAPEO_Brasil\[1\].pdf](http://www.observatorioseguranca.org/pdf/MAPEO_Brasil[1].pdf)> Acesso em Agosto de 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p.15-23, junho 2010. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782010000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 abril de 2016.

PRESSER, N. H.; MENEZES, P. R. A. Conteúdo informacional gerado nas redes sociais: o universo dos parques de diversão. **INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 7, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/21122>>. Acesso em: 20 out. 2016.

RODRIGUES, Rúbia Carla Martins. **As vozes que não se calam**: história e memória do movimento feminista em Goiânia, 2010. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, 2010. Disponível em: <<http://supremoambiental.com.br/wp-content/uploads/2015/07/As-vozes-que-nao-se-calaram-historia-e-memoria-do-movimento-feminista.pdf>> Acesso em: 10 de abril de 2016.

SCARANO, Davidson. **Uma análise das redes sociais digitais**: a interação do mundo real e virtual.. 2011. 139f. Dissertação (Mestrado) – Tecnologia da Inteligência e Design Digital, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

SANTOS, Bruna Ribeiro Bonfim; SILVA, Letícia Machado; ZATTAR, Marianna. Youtube como fonte de informação para o mercado de moda e beleza. **Biblionline**, v. 12, n. 1, p. 86-95, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/28170>> Acesso em : 07 de Outubro de 2016.

SANTA ANNA, Jorge. O bibliotecário em face das transformações sociais: de guardião a um profissional desinstitucionalizado The librarian in face of social transformation: theguardianbecomesanuninstitutionalizedprofesional. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 20, n. 1, p. 138-157, 2015.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Semestral. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>>. Acesso em: 9 jul. 2016.

SANTOS, Marcia Mazo; CARDOSO FILHO, Jair Cunha. Information and public policy: social responsibility of Information Science. **Biblios: Revista electrónica de bibliotecología, archivología y museología**, n. 45, p. 28-39, 2011.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. Librarianship, documentation and information science: history, society, technology and post-modernity. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 52-66, 2010.

SILVA, Natália Rodrigues. O BIBLIOTECÁRIO MEDIANTE AS NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. In: XVII – Encontro Regional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação – EREBD. Fortaleza – 02 a 08 de Fevereiro de 2014. Disponível em:

<<http://www.erebdfortaleza2014.ufc.br/gt/GT3/O%20BIBLIOTEC%C3%81RIO%20MEDIANTE%20AS%20NOVAS%20TECNOLOGIAS%20DA%20INFORMA%C3%87%C3%83O%20E%20COMUNICA%C3%87%C3%83O.pdf>> Acesso em: 11 de Setembro de 2016.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2000, 118p.

SILVA, Edna Lúcia da; Menezes, Estera Muszkat. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. 3. ed. 121p. Florianópolis. Laboratório de Ensino a Distância da Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. Disponível em:

<http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>. Acesso em 05 de nov. 2016.

SILVA, Daniela do Nascimento. Recursos Educacionais Abertos como fontes de informação. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 20, n. 44, p. 59-72, nov. 2015. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20n44p59/30424>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; DE ARAÚJO FREIRE, Gustavo Henrique. As configurações do campo da Ciência da Informação no contexto das ciências pós-modernas. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, 2013.

SECO, L. F. C.; SANTOS, Z. P.; BARTALO, L. Comportamento informacional e compartilhamento da informação no instagram. information behavior and informations hareo instagram. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 21, n. 1, 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/19642>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em:

<<http://www.observe.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>>. Acesso em: 27 de Setembro de 2016.

SOARES, Gilberta Santos; SILVA, Gleidson Marques. Políticas públicas para travestis e transexuais: o espaço LGBT da Paraíba. In Transexualidade e travestilidade na saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de apoio à Gestão Participativa. – Brasília : Ministério da Saúde 2015.p. 165-176.

SCHWARTZMAN, H. B. **Ethnography in organizations**. Newbury Park: SagePublications, 1993. 83p

SCHWEITZER, Oliveira Caroline de. **Violência sexual: mulheres atendidas em uma Rede de Atenção Integral em uma capital do Sul do Brasil**, 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/156527/336110.pdf?sequence=1>> Acesso em: 20 de março de 2016
TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TARAPANOFF, Kira; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; CORMIER, Patricia Marie Jeanne. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. **Ciência da Informação, Brasília**, v. 29, n. 3, p. 91-100, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a09v29n3> Acesso em: 05 de outubro de 2016.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TEIXEIRA, Carlos Alberto. **A origem do Facebook**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/tecnologia/a-origem-do-facebook-4934191>>. Acesso em: 3 out.2016.

TEIXEIRA FILHO, Jayme. Profissionais da informação. *Insight Informal*, n. 12, ago 1998 apud FARIA, Sueli; et al. Competências do profissional da informação: uma reflexão a partir da Classificação Brasileira de Ocupações. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 26-33, maio/ago, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n2/28552.pdf>>. Acesso em: 20 de outubro de 2016.

TOMAÉL, M. I. S.; MARTELETO, R. M. Redes sociais de dois modos: aspectos conceituais. **Transinformação**, v. 16, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/13954>>. Acesso em: 20 out. 2016.

VERGUEIRO, Waldomiro. Publicações Governamentais. **In: CAMPELLO, Bernadete et al (Orgs.). Fontes de Informação para pesquisadores e profissionais**. FMG, 2000. Cap 8. P.111 – 120.

VITAL, Luciane Paula. Fontes e canais de informação utilizados no desenvolvimento de sistemas em empresa de base tecnológica. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.11, n.2, p. 297-313, ago./dez., 2006.